

A igreja de Sant'Ana do Campo – observações num templo romano invulgar

Thomas G. Schattner*

Resumo

As observações feitas no templo romano, há muito conhecido e que é parte integrante da igreja de Sant'Ana, levam à reconstituição de todo o complexo, constituído por um adro com forma de rectângulo largo, quer dizer subquadrangular, ao qual foi acrescentado o templo (com planta comparável). As características que acabaram por surgir são típicas para a sua atribuição a um grupo de recintos romanos com templo, existentes sobretudo na África do Norte. O Templo de *Carneus* é o segundo exemplo na Europa. Pensa-se que estes complexos poderiam ter antecessores sob forma de locais de culto púnicos. Para uma possível comprovação desta suposição em Sant'Ana seria necessário efectuar uma escavação.

Résumé

Les observations faites au temple romain, connu depuis longtemps et qui est une partie intégrante de l'église de Sant'Ana, nous mènent à la réconstitution de toute l'enceinte, composé d'une cour qui a la forme d'un rectangle large comprimé, c'est-à-dire presque d'un carré, auquel on a ajouté le temple (avec le même plan). Les caractéristiques qui en découlent sont typiques, permettant l'attribuer à un groupe d'enceintes romaines existant surtout en Afrique du Nord. Le temple de Carneus est le deuxième exemple en Europe. On pense que ces complexes aient généralement des prédécesseurs sous forme de locaux de culte puniques. Pour une possible confirmation de cette supposition à Sant'Ana, il fallait y réaliser des nouvelles fouilles.

* Instituto Arqueológico Alemão. Lisboa.

Como reconhecimento da boa colaboração, há muitos anos e a vários níveis, existente entre o Museu Nacional de Arqueologia e o Instituto Arqueológico Alemão, o artigo que se segue é dedicado à edição centenária da revista do Museu.

O objecto destas considerações é o templo romano de Sant'Ana do Campo (figs. 1-44, sobretudo 8-12), o segundo maior edifício sagrado subsistente no Alentejo, depois do templo de Évora (Alarcão, 1986, 1988a, 1988b; Hauschild, 1989-1990, 1994)¹. Chama a atenção do arqueólogo pelas suas formas arquitectónicas invulgares, ligadas ao nome de uma divindade de veneração rara no ocidente.



O templo manteve-se sempre de pé, sendo visível em todas as épocas, e no início do séc. XVIII encontrava-se em tão bom estado de conservação que a

¹ Não foi tomado em consideração o templo do *forum* em Beja, que é um pouco maior do que o templo eborense, do qual só se conhece uma parte das fundações (Alarcão, 1990, p. 47 ss., Fig. 3-4). Quanto aos seus capitéis, ver Hauschild, 1992, p. 57 ss.

igreja da aldeia foi acrescentada com o aproveitamento dos restos existentes dos seus antigos muros (Correia, 1972). A data de 1715 está gravada na verga do portal (fig. 13). Se a imagem da padroeira St.^a Ana, hoje visível no meio do altar, fazia parte da decoração original (Espanca, 1975, p. 32, est. 95) (fig. 14), é possível que outrora tenha sido erguida nas ruínas uma capela mais antiga, datando do séc. XV. Como indica a data 1884, numa cartela por cima do portal da igreja (fig. 8), efectuaram-se por esta altura novamente obras extensas. Desde então o seu estado manteve-se inalterado. Possivelmente o edifício não atrairá a atenção do visitante de hoje àquela povoação e este talvez nem mesmo reconheça que é tão antigo, pois com os seus muros caiados de branco e os contrafortes de pedra bruta, à primeira vista parece uma igreja medieval (figs. 9 e 11).

A sua origem romana torna-se evidente, no entanto, quando se olha com maior atenção: os blocos que formam as paredes e os contrafortes apresentam o característico almofadado, que se encontra também nos muros do pátio (figs. 2, 3, 4, 6, 15-21). Como se vê na planta (fig. 1), ou na reconstituição (fig. 7), trata-se de uma construção orientada aproximadamente para o centro de um átrio murado. Ele tem a forma de um rectângulo alargado/quadrado, estando o templo, que se abre para o pátio, situado no seu lado sul. Por agora não se sabe se a frente deverá ser completada com quatro colunas, de acordo com a proposta de J. Alarcão (1986, p. 93, 1988, p. 98, 113), o que é frequente em templos romanos, ou fechada, quer dizer, sem colunas e com uma abertura de porta na parede frontal.

A sua classificação como templo resulta, por um lado, da circunstância de a construção posterior, a igreja, ser um edifício sagrado – são numerosos os exemplos de igrejas erguidas sobre locais de culto pagão – e, por outro, de duas inscrições que figuravam nos muros da igreja – onde talvez ainda hoje subsistam, escondidas pelo espesso reboco de cal (Pereira, 1891, p. 35). A primeira referência a elas data do ano 1734; são consideradas desaparecidas desde os meados do século passado e transmitem o nome da divindade à qual o edifício foi consagrado: *Carneus Calanticensis*. Há, entretanto, uma terceira atestação do nome da divindade, numa árula encontrada nas proximidades, em Santa Justa, perto de Arraiolos. J. d'Encarnação (1984, p. 489-491, 800) publicou esta inscrição e comentou-a, juntamente com os dois achados mais antigos. O seu estudo revelou que *Carneus* é uma divindade que deverá ser equiparada ao *Karneios* grego e ao *Cernunnos* gaulês. A etimologia do nome permite concluir que se trata de um deus relacionado com a criação de gado. O seu culto deve ter tido grande propagação, o que se deduz, por exemplo, do grupo de pessoas que honram o deus nas inscrições: uma mulher, que se identifica da forma latina, habitual, um escravo e um habitante local, quer dizer um não-romano. O sobrenome *Calanticensis* aponta para uma localidade, cujo nome deverá ter sido *Calantica*, *Calanta*, *Calantium* ou *Calantia*. É frequente na Antiguidade greco-romana (Bermejo, 1986, p. 36) uma divindade receber um determinado cunho num local, que depois se manifesta no seu epíteto, este por sua vez derivado do nome da respectiva localidade. O presente artigo confirma a suposição que *Calantica* deve procurar-se no lugar de Sant'Ana do Campo (Alarcão, 1974, p. 83), onde no séc. XIX se assinalaram sepulturas romanas a norte da igreja, ou seja, do templo (Pereira, 1891, p. 29).

É interessante que a designação do edifício como templo não resulta directamente da sua forma arquitectónica, como se poderia esperar. Notam-se imediatamente as diferenças que existem entre ele e conhecidos templos itálico-romanos, quando se deita um olhar comparativo sobre, por exemplo, a Maison Carrée de Nîmes (Ward-Perkins, 1970, fig. 184) ou o templo de Évora (Hauschild, 1993b, p. 164, fig. 34) apenas a cerca de 20 km de distância. Estes templos erguem-se sobre um pódio, que surge como construção própria. As colunas cercam livremente a *cella* (em Évora), ou as meias-colunas estão embebidas nas paredes (em Nîmes). Estas formas características faltam ao templo de Sant'Ana do Campo, que é completamente diferente. O seu aspecto exterior distingue-se através de silhares almofadados grosseiramente trabalhados, que formam os muros e os contrafortes, visíveis na parte posterior da igreja (figs. 1-4, 6, 10, 11, 15, 16, 21 e 26). O material usado é o granito das imediações, não tendo sido utilizado outro na construção². Observemo-lo com maior atenção³:

1. Observações⁴

N.º 1 – Bloco antigo no canto noroeste da igreja (figs. 1 e 22). Como mostra a planta, o seu lado exterior não está alinhado com o muro oeste, mas recua um pouco em relação a este (em direcção a leste). Visto que todos os muros, que seguramente podem ser considerados pertencentes ao templo, são muros de

² Por intervenção da Sra. Dra. Kalb, análises do material foram efectuadas pela geóloga Dr.ª Reis, Évora, o que muito agradeço. Com a sua autorização cita-se o seu relatório: "A matéria prima, utilizada na construção da igreja de Santana do Campo, corresponde a uma rocha ígnea, ácida e sobressaturada em quartzo, leucocrata (cor branco acinzentado), de textura fanerítica e granularidade, geralmente média a grosseira. Os minerais félsicos presentes são: quartzo, feldspatos (provavelmente alcalinos) e moscovite. O único mineral máfico identificado foi a biotite. Observa-se, em alguns blocos de rocha, uma tendência porfiróide dos grãos, principalmente dos feldspatos, que se diferenciam dos restantes minerais pela sua forma euédrica e rectangular. Nos casos em que a granularidade é mais fina, é possível distinguir uma orientação preferencial dos minerais constituintes. O estudo macroscópico realizado permite classificar a rocha em estudo como *granito de grão médio a grosseiro, de duas micas*. Os fenómenos de meteorização observados correspondem, principalmente, a processos de alteração mecânica, como por exemplo a desagregação dos grãos, e a processos de alteração química do tipo oxidação das biotites e escurecimento geral da rocha. Os afloramentos de rocha localizados nas proximidades da igreja, assemelham-se, petrograficamente, à rocha atrás descrita, pelo que se poderá concluir que a matéria prima, utilizada na construção da igreja, é eventualmente local. Uma análise microscópica da rocha em estudo, fornecerá, certamente, informações mais conclusivas".

³ Pela autorização de estudar o templo na Primavera do ano de 1997, agradeço ao Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), à Direcção Regional de Évora, ao pároco de Arraiolos, cônego António Henrique de Freitas Guimarães e ainda ao Presidente da Câmara, Dr. Jerónimo José Correia dos Loios. Os trabalhos limitaram-se à descrição, documentação gráfica e tomada de medidas. Pela participação nas investigações agradeço a F. Gonçalves, A. Cole e E. Bartusch (medições), bem como a A. Ramos (desenhos). O presente artigo é a versão portuguesa de um relatório do mesmo título, a ser publicado no próximo volume dos Madrider Mitteilungen. Os meus agradecimentos a A. Karrer, pela tradução para a língua portuguesa, e ao Dr. A. Guerra, pela revisão da mesma.

⁴ Quanto aos números, ver planta representada na Fig. 1.

silhares e portanto de uma só face, a este não podia estar ligado mais nenhum bloco do lado oeste, tanto mais que no centro da sua face exterior existe um orifício no qual se encaixava a ferramenta para o deslocar. Um orifício num dos blocos da primeira fiada do muro é invulgar, pois, de modo geral, orifícios em blocos situados a baixo nível ocorrem apenas a partir da terceira camada, ou seja, a partir de uma altura de cerca de um metro (cf. n.ºs 9 e 11). A cavidade arredondada no canto inferior direito, do lado exterior, num dos silhares, não pode ser explicada arquitectonicamente. Provavelmente tem a ver com uma utilização posterior do bloco.

As observações efectuadas permitem supor que o bloco n.º 1 é uma reutilização, o que é comprovado quando se olha para a fachada e a planta da igreja (figs. 1 e 8). O seu muro frontal foi colocado em frente da construção antiga como uma tira; a espessura do muro é idêntica ao comprimento do bloco n.º 1, ou seja cerca de 50 cm (a medida varia). A espessura do muro frontal da igreja, no entanto, é de cerca de 70 cm, medida obtida através do exame do intradorso do portal da igreja, quer dizer que o muro frontal da igreja se compõe de uma parede interior de cerca de 20 cm e de uma parede exterior de cerca de 50 cm. Na planta, os dois muros são nitidamente reconhecíveis devido ao recuo do muro frontal da igreja no canto noroeste. Ao edifício foi anteposta uma fachada cenográfica, que é mais curta do que a do muro interior e não se encontra centrada à sua frente, mas que a nordeste está ligada ao canto (pilastra da fachada), de modo que forçosamente se forma um espaço intermédio no canto oposto, noroeste. Na fachada cenográfica são características da forma as duas pilastras com as pequenas torres que a ladeiam, as inclinações da empena e ainda a cor. A sua tarefa principal é, porém, a de equilibrar as assimetrias, pois o eixo central do portal e da cartela (com a data 1884) não condiz com o eixo central da janela e da cruz na cumeeira. São precisamente as empenas e as pilastras com as pequenas torres que dão à fachada o aspecto de uma unidade simétrica, tendo a cor azul clara o efeito de uma faixa unificadora. O artifício foi conseguido. Se não fosse a diversidade de inclinações na fachada e no edifício que se ergue atrás, o observador despreocupado praticamente nada notaria. O problema é causado pela cumeeira, que não está centrada no topo do edifício, mas desviada para leste, o que faz com que a distância entre ela e o muro exterior não seja igual dos dois lados, a largura das superfícies do telhado seja diferente e a sua inclinação também. Sobre a metade oeste, mais larga, assenta um telhado com uma inclinação menor, sobre a metade leste, mais estreita, um telhado com inclinação mais acentuada. Na face anterior da igreja, este problema foi resolvido, tendo-se-lhe dado empenas simétricas com inclinação igual de ambos os lados, avançadas para o primeiro plano através da acentuação da cor, fazendo-as assim sobressair, enquanto que foi diminuído o efeito óptico das empenas de inclinação divergente, situadas atrás, pintando-as de branco como as paredes.

A data da construção da fachada anteposta é indicada pelo número 1884, na cartela, por cima do portal. Por onde passava o alinhamento exterior norte do edifício na época anterior? Para a sua determinação poderia ser um ponto de referência a grande laje colocada dentro do pavimento, no interior da igreja, imediatamente atrás do portal (fig. 23). Foi trabalhada em pedra escura e, quanto ao material e tamanho, destaca-se do chão de tijolos vermelhos que hoje cobre o terço norte do espaço interior. Trata-se certamente da pedra da soleira do

portal, a qual estava ao nível deste, devido ao facto de o terreno aqui ascender em direcção a norte. A posição da laje causa alguma surpresa, pois o seu bordo exterior norte não se une à ombreira do portal, mas está afastado dela exactamente tanto quanto a actual espessura da parede, ou seja, cerca de 70 cm. Pode, pois, imaginar-se perfeitamente que ela já tivesse sido colocada aqui no edifício anterior, que seja mais antiga que a fachada de 1884 e que se tenha encontrado originalmente na própria abertura do portal. Para esta suposição aponta também a direcção em que correm as juntas do chão de tijolos, que corresponde à das lajes do pavimento. A laje em questão não apresenta quaisquer impressões ou outros vestígios que indiquem que os intradorso e a soleira tenham assentado nela; estes, conseqüentemente, devem ter sido colocados à sua frente. Daí se conclui que o alinhamento exterior norte do edifício anterior se tenha situado 20 cm – quer dizer, a espessura idêntica de intradorso, lintel e soleira – para além do bordo exterior norte da laje. O alinhamento exterior assim obtido condiz com o do muro que começa no canto noroeste do lado frontal e que, até à data, foi designado como parede interior. Tudo indica que nele se pode reconhecer o muro da fachada da igreja de 1715. Quando, no ano de 1884, lhe foi anteposta a nova fachada, a de 1715 não foi completamente derrubada, tendo ficado cerca de 20 cm (a espessura de uma pedra de cantaria?). Visto que esta medida é invulgar, ela carece de uma explicação. Uma razão, poder-se-ia supor, seria a abóbada cilíndrica que se queria conservar, pois sem o muro interior que lhe servia de apoio, ela teria desabado. Esta suposição, porém, deve ser eliminada, pois, como se deduz das observações feitas quanto ao n.º 4, mais adiante no texto, grande parte da abóbada cilíndrica deve ter sido demolida durante a fase de construção de 1884. Em todo o caso, os blocos de granito da porta, que se pretendia reutilizar, foram consolidados na nova posição. O portal permaneceu portanto no mesmo local desde 1715. De uma maneira geral, o planeamento dos construtores de 1884 é convincente. As perguntas porque razão a fachada de 1715 foi parcialmente derrubada e a porta não foi colocada no centro da fachada, podem obter como resposta: problemas de estática, objectivos que se alteraram durante o processo da construção e falta de meios. As querelas que sobre o assunto houve na comunidade foram descritas de forma clara por G. Pereira, que em 1882 se encontrava no local e cujo relatório foi publicado em 1891. Face à ameaça de ruína da abóbada, os trabalhos teriam sido iniciados com a intenção de demolir integralmente uma parte da construção romana; no decorrer desta ter-se-ia reconhecido a morosidade e a falta de sentido do empreendimento, que além disso aumentaria os custos, decidindo-se escolher a solução que hoje vemos (Pereira, 1891, p. 34 ss.).

Na parte frontal da igreja não se detectaram elementos antigos. Exclui-se, em todo o caso, o bloco n.º 1 para a questão do comprimento do templo, pelas razões acima expostas.

N.º 2 – Muro com a altura aproximada de um adulto, na zona norte da parede oeste (figs. 1, 6 e 9). A sua altura diminuta, a cobertura com telhas modernas e ainda o tipo da alvenaria (figs. 9 e 26), que se reconhece debaixo do reboco estalado e que é comparável à descrita no n.º 4 no que diz respeito ao tamanho das pedras e a outros materiais como argamassa e fragmentos de tijolos utilizados, indicam nitidamente que o muro é moderno. Para uma

datação em época antiga não existem quaisquer pontos de referência. Consequentemente não convence o argumento de que a espessura da parede oeste somada à do muro n.º 2 é quase igual à do muro oeste na parte sul, seguindo também o seu alinhamento, o que poderia levar a pensar que o muro n.º 2 talvez seja romano. Por faltarem pontos de referência não se pode decidir em qual das duas fases de construções posteriores, 1715 ou 1884, ele foi erguido.

N.º 3 – Contraforte caiado de branco, não sendo visível a sua alvenaria (figs. 1, 6, 9 e 26). A sua parede, cuja espessura diminui continuamente para cima, leva a pensar, devido à sua forma, que a pilastra é moderna. No canto formado com o arco n.º 4a, que se vem juntar a sul, pode ver-se uma parede diagonal, que na planta liga a pilastra n.º 3 à parede da igreja (fig. 24). No seu lado exterior podem reconhecer-se fragmentos de tijolos e pequenas pedras ligados entre si com argamassa, como no n.º 4, indicando que é moderno. A forma curva poderia indicar um intradorso de porta. A suposição, que aí se poderia completar uma porta no local do arco n.º 4a, fechado com alvenaria, parece plausível (cf. abaixo). Se for, pois, correcta, deve pertencer à fase de construção de 1715, enquanto que o arco deve ter sido fechado na fase de 1884. Neste contexto são importantes dois pormenores (fig. 24): 1) o contorno exterior da pilastra antiga, que é visível de perfil na parede norte do arco (cf. n.º 4a), apresenta o lado superior chanfrado em direcção a oeste, quer dizer que os silhares exteriores não atingem a altura dos interiores, mais próximos da parede; 2) a altura conservada desta parede de cerca de 1,70 m parece totalmente arbitrária. Ambos poderiam indicar uma súbita alteração de planos, conhecida na época de mudanças acima descrita, durante a renovação de 1884, quando se decidiu não demolir totalmente a construção e se deixou ficar a substância construtiva mais antiga, utilizando-a para a nova igreja. Dado que em 1884 se demoliu o edifício – como foi observado também noutro ponto (cf. n.º 18) – de cima para baixo, é possível que a modificação dos planos tenha acontecido imediatamente, ainda durante o desmantelamento da pilastra, referida no n.º 3, tendo-se deixado ficar esta à altura achada conveniente ou à que se tinha atingido no decorrer da demolição. Testemunho a favor destas considerações é o facto de as obras terem demorado apenas dois anos, espaço de tempo que se obtém da combinação da visita de G. Pereira a Sant'Ana do Campo em 1882 e o ano da conclusão dos trabalhos, ou seja 1884, indicado na cartela da fachada.

Estes factos, a corresponderem à verdade, trazem consequências. Quando foi demolida a pilastra mais antiga, descrita no n.º 3, também a abóbada cilíndrica, ou pelo menos a sua parte norte, deve ter sido destruída, pois sem aquela teria ruído. Uma vez que, como motivo da sua renovação em 1882-84 é expressamente alegada a ameaça de ruína da abóbada (Pereira, 1891, p. 34 ss.), é óbvio que foi construída nessa época a actual abóbada cilíndrica da igreja. Como consequência desta medida construtiva, a largura dos actuais arcos no interior da igreja (60 cm) não corresponde neste ponto (fig. 1) à dos contrafortes da pilastra, de cerca de 1 m na parte exterior. Nem tão pouco condizem os eixos dos arcos no interior e no exterior.

N.º 4 – Parte de muro, cuja espessura diminui progressivamente em altura, semelhante ao descrito no n.º 3 (figs. 1, 6, 9 e 26). Estão embutidos dois arcos

(n.ºs 4a e 4c) com arcobotante entre eles (n.º 4b). Por cima, no bordo do beiral do telhado, existe uma outra pilastra, mais curta, segura com uma âncora de ferro. Tanto o arcobotante como os muros atrás dos arcos são formados, na medida em que é possível reconhecê-lo debaixo do reboco, de pequenas pedras, pedras de cantaria do tamanho de uma cabeça e de silhares, juntamente com fragmentos de tijolos ligados entre si por meio de argamassa de cal. O material, a utilização desta argamassa e ainda a técnica usada indicam que esta parte de muro é moderna. Os silhares foram reutilizados. Trata-se do mesmo tipo de alvenaria com argamassa que a usada na parede sinuosa, descrita no n.º 3. Nos dois cantos inferiores do arco sul n.º 4c, dois topos de muros saem com comprimentos diferentes para fora dos intradorsos do arco (figs. 6 e 25); estes apresentam alturas divergentes: o do lado norte é mais baixo, o do lado sul mais alto, ambos em parte cobertos de espesso reboco de cal e argamassa de cal. Não se compõem de silhares, mas de pedras de cantaria relativamente pequenas, minuciosamente encaixadas e misturadas com argamassa de cal. Os seus lados exteriores estão alinhados; ambos fazem parte da mesma construção. Como possíveis superfícies de união podem ser tomadas em consideração apenas as suas faces superiores, pois os restantes lados, apesar de darem a impressão de ser irregulares devido à alvenaria de pedras pequenas, são lisos e portanto, de modo algum, trabalhados para estarem ligados a outro elemento. Daí se conclui que cada um dos dois topos dos muros deve ter suportado uma estrutura. Poder-se-á pensar num arco que se ergueria nesse ponto. Uma vez que está excluída uma datação antiga e que o arco visível n.º 4c – devido ao material e técnica idênticos ao descrito no n.º 3 – parece pertencer à renovação de 1882-84, apenas se poderá considerar uma datação na fase de 1715 para os dois topos de muro. Consequentemente, o arco n.º 4c teve um antecessor. Está por esclarecer se o mesmo é válido para o arco n.º 4a, mais a norte, pois não existem pontos de referência. Há, porém, uma forte suspeita. Os muros atrás dos arcos apresentam uma espessura de apenas cerca de 30 cm. No canto norte do n.º 4a, que não está completamente coberto com reboco de cal, é possível reconhecer que entre a parede em diagonal junto ao n.º 3 e o muro atrás do arco há uma fenda (fig. 24). O muro encosta a ela, pelo que foi acrescentado mais tarde. Como data apenas se pode considerar a fase de construções de 1882-84.

N.º 5 – O que parece ser um contraforte é, na verdade, a junção do muro do adro n.º 6 (figs. 1, 6, 7, 10 e 15), construído com 12 fiadas de pedras. Nas cinco camadas inferiores, visíveis apenas no lado leste da pilastra, há silhares mais pequenos (fig. 15). As camadas superiores, 6 a 12, são formadas por silhares de parede maiores, utilizados também em outras partes do edifício (medidas: cerca de 60x105 cm). Como se pode observar, foram usados no templo dois tipos diferentes de silhares almofadados, correspondendo ao local onde foram colocados: silhares de parede (por exemplo figs. 16, 17 e 27) que, ao contrário dos silhares de pilastra (por exemplo figs. 2, 10, 15 e 16), não apresentam moldura ou pelo menos uma tão nítida, nem geralmente um almofadado tão pronunciado. A alvenaria moderna, caiada de branco, permite reconhecer o aparelho antigo, no qual os blocos foram colocados em fiadas de pedras alinhadas. Assim, os blocos das 6ª, 8ª, 10ª e 12ª fiadas têm metade do comprimento dos das camadas intermédias. A face superior do bloco mais alto

da fiada 12 é lisa e trabalhada no sentido de ser unida a outro elemento. Daí se deduz que sobre ele existia pelo menos mais um outro bloco. Orifícios para ferramenta podem ser observados nos lados norte e sul de vários silhares entre as camadas 7 e 11.

N.º 6 – Canto sudoeste do muro do adro (figs. 1, 4 e 17). Muro de uma só face de silhares de parede almofadados. Assenta sobre rocha natural, devidamente preparada para o efeito. A primeira fiada de pedras de cantaria é de menor espessura, sobre ela seguem-se nove fiadas de silhares, muitos dos quais apresentam orifício para ferramenta a partir da 4ª camada. Os blocos por cima dos silhares das camadas 4 e 5 apresentam degraus, uma forma técnica para melhor encaixe dos silhares, que já se acentua na arquitectura grega. O muro está conservado a uma altura de cerca de 4,4 m; trata-se da altura original, pois a face superior do silhar mais alto foi deixada em bruto, ou seja, não foi trabalhada para se juntar a outro (fig. 28). No que diz respeito aos silhares de parede, é digno de nota que os silhares do canto, através da sua moldura nitidamente trabalhada, foram tratados como silhares de pilastra (fig. 18). O troço do muro que vira para norte devia estar conservado numa extensão maior aquando da construção da casa do sacristão, pois o muro dessa casa segue o alinhamento do muro antigo, continuando-o (fig. 1). Aparentemente a casa foi erguida no canto sudoeste do muro romano do adro, tirando proveito das antigas fundações. O muro foi em parte demolido para dar passagem a um caminho da aldeia, o que deve ter acontecido antes de 1882, quando foi publicado o relatório de G. Pereira (1891, p. 34) que se lhe refere, sendo provável que esta medida tenha sido tomada por ocasião da renovação da igreja, no ano de 1884.

N.º 7 – Parte de uma parede (figs. 1, 6 e 10). A diferentes alturas, são visíveis cinco silhares do tamanho de uma cabeça. O do meio foi trabalhado numa só peça com a junção do muro n.º 6, encontrando-se, portanto, *in situ*. O mesmo deve ser válido para os restantes quatro silhares:

- porque os dois inferiores assentam directamente um em cima do outro;
- porque o silhar superior apresenta aproximadamente metade do comprimento do inferior, encontrando-se assim no sítio correcto do muro;
- porque com estes silhares de parede e também com os que se lhe sobrepõem foi mantida a mesma altura de fiada;
- porque, imediatamente junto ao canto interior, em direcção ao n.º 6, alinhados um sobre o outro, os quatro silhares superiores estão dispostos nas camadas 6, 8, 10 e 12, permitindo supor que o segundo, quarto e quinto silhares (contando a partir de baixo), tal como o do meio, acima mencionado, foram trabalhados numa só peça com o silhar correspondente ao referido no n.º 6. O espesso reboco de cal não permite uma comprovação.

N.º 8 – Contraforte formado por 13 fiadas de silhares de pilastra (figs. 1, 6, 10 e 15). Blocos mais largos encontram-se em baixo, nas fiadas 1 a 4, mais estreitos em cima, nas camadas 5 a 13. O degrau situa-se, portanto, entre as camadas 4 e 5. Esta divisão em base e parte superior é característica e existe em todas as pilastras. Acresce que cada um dos blocos inferiores da base – que

devido à situação do templo na encosta, em cada um dos contrafortes n.ºs 8, 10, 12 e 14 sobressai numa proporção diferente acima do nível da rua – se distingue dos outros blocos por serem um pouco maiores que eles, não almofadados e também por não apresentarem moldura. A explicação é óbvia: estes blocos inferiores não fazem ainda parte do muro, mas do alicerce formado apenas por uma fiada de blocos, o que é possível verificar junto à pilastra n.º 14 (cf. abaixo). Os blocos 3 e 4 foram desbastados numa segunda fase, provavelmente quando foi instalada a porta, o que permite fazer a interessante observação que os blocos 1 a 3 não estão embebidos no muro situado atrás, mas encontram-se soltos, à sua frente (comparar fig. 30). Só o quarto bloco assim como os que se lhe sobrepõem, estão embebidos no muro. O orifício para ferramenta reconhece-se claramente na frente do bloco 4. A superfície de apoio superior do bloco 13 está alisada (fig. 29), donde se conclui que nela assentava pelo menos mais um bloco.

N.º 9 – Escada de três blocos de granito e soleira (figs. 1, 6 e 10). Visto que não estão embebidos nos contrafortes n.ºs 8 e 10 e as frinças foram preenchidas com fragmentos de tijolos e argamassa de cal – uma técnica como a descrita nos n.ºs 4a e 4c – trata-se de uma construção posterior. Daí resulta que também a abertura da porta deve ter sido cortada mais tarde na parede. Outro indício são os desbastes nos blocos 3 e 4 das pilastras n.ºs 8 e 10, de ambos os lados da porta. Possivelmente esta medida data do ano de 1884, quando foi anteposta a parede frontal da igreja e o acesso à mesma através do portal principal teve de ficar vedado, devido às obras, sendo necessário providenciar uma entrada secundária.

N.º 10 – Contraforte formado por 13 camadas de silhares de pilastra (figs. 1, 2, 6, 10 e 15). Tal como no contraforte n.º 8, os silhares da zona da base e da parte superior apresentam larguras diferentes, havendo um recuo entre a 4ª e a 5ª fiada. Exactamente como aí, os blocos 3 e 4 foram desbastados em direcção à porta, os três blocos inferiores não estão embutidos na parede situada atrás (apenas o quarto, cf. fig. 30) e a superfície de apoio superior do bloco 13 foi alisada para receber um outro bloco (fig. 29). Vê-se um orifício para ferramenta no lado frontal do terceiro bloco.

N.º 11 – Parede caiada de branco (figs. 1, 6 e 10). Janela da igreja. Não se avistam restos antigos.

N.º 12 – Contraforte de 13 fiadas de silhares de pilastra (figs. 1, 2, 6, 10 e 15). A construção corresponde em todos os aspectos ao descrito nos n.ºs 8 e 10, com excepção do facto de aqui os blocos 3 e 4 estarem totalmente conservados. Os restos de argamassa de cal, que nos n.ºs 8 e 10 se reconhece nas juntas, são especialmente espessos no n.º 12. Uma vez que só cobre as juntas por fora, é evidente que ela foi aplicada por fora, sendo assim obra posterior. O estudo das juntas, por vezes muito abertas, mostra que os silhares foram outrora colocados em seco um sobre o outro. Tal como no caso dos contrafortes n.ºs 8 e 10, os blocos da base não estão embebidos na parede, tratando-se aqui, ao contrário, dos quatro silhares inferiores, estando embebido apenas o quinto (cf. fig. 30).

Um orifício para inserir a ferramenta aparece na face frontal do bloco da 3ª camada. Também aqui a superfície de assento superior do 13º bloco foi alisada para receber pelo menos mais um bloco (fig. 29).

N.º 13 – Parte de um muro do templo, a que se encontra em melhor estado de conservação, de 11 fiadas de silhares de parede (figs. 1, 2, 6, 10, 15 e 16). Nas fiadas inferiores o muro está completo, enquanto que para cima se conservou um número menor de silhares, resultando daí que dos três silhares que, no máximo, têm lugar na parede entre as pilastras 12 e 14 (cf. abaixo), por vezes estão à vista apenas dois (fiadas 6, 7, 8 e 9) ou mesmo um (camadas 11 e 12). Dado que parece não se ter conservado nenhum silhar na camada 9, as 11 fiadas de silhares estendem-se até à camada 12. Mantém-se a concordância das juntas dos blocos de parede e dos contrafortes n.ºs 12 e 14 (ver abaixo) de ambos os lados. Na fiada 7 um silhar de pilastra e um de parede foram trabalhados numa só peça. A superfície frontal do bloco adjacente apresenta um orifício para ferramenta.

Juntamente com os resultados de pesquisas comparáveis, relativas às partes n.ºs 7, 15, 17 e 19 (cf. abaixo), o estudo da parte de parede n.º 13 mostra que originalmente a parede oeste e a correspondente parede leste do templo, nas zonas a sul dos n.ºs 5-6 e n.º 27 com os muros do adro que daí partem, bem como a parede sul, foram construídas com silhares almofadados. A fig. 4 procura reconstituir essa realidade.

Nº14 – Canto sudoeste (figs. 1, 2, 6, 10, 11 e 16). Contraforte de 12 fiadas de silhares de pilastra. A construção assemelha-se em muitos aspectos à das pilastras descritas nos n.ºs 8, 10 e 12, divergindo porém quanto a algumas formas. Devido à sua situação na encosta, é visível, pela primeira vez, o bordo inferior do 1º bloco do alicerce. Como se verifica, o edifício assenta, pelo menos aqui, em rocha desbastada para esse fim. Dos blocos inferiores, só o quinto está embebido na parede, enquanto que os quatro blocos da base, por baixo deles, se encontram soltos, em frente dela, como acontece com a pilastra n.º 12 (bem visível a partir do lado sul, cf. n.º 15, fig. 30). Uma forma especial de fazer sobressair o canto do edifício evidencia-se no facto de a parte frontal da base não estar alinhada com a das restantes pilastras n.ºs 8, 10 e 12, estando ligeiramente avançada (figs. 1 e 2). Este avanço, no entanto, só diz respeito aos quatro blocos da base, pois os blocos 5 a 12, que se lhe sobrepõem, voltam a estar alinhados aos das restantes pilastras. O avanço da base mede cerca de 10-12 cm (cf. fig. 33).

Por serem pilastras de canto, no n.º 14 foram utilizados silhares mais largos do que nas pilastras de parede n.ºs 8, 10 e 12. A partir da fiada 5, as pedras de cantaria apresentam-se alternadamente como pedra colocada no alinhamento do muro (nas camadas 5, 7, 9 e 11) e como pedra em linha/ajuntoura em cada uma das camadas que se sobrepõem, ou seja 6, 8, 10 e 12. Como acontece com as outras pilastras, a superfície de apoio superior do bloco 12 foi alisada, quer dizer, preparada para receber outro bloco (fig. 29). Existem orifícios para ferramenta nas frentes dos blocos 5, 7, 9 e 11, ou seja, os colocados no alinhamento do muro. Os orifícios nas ajuntouras 6, 8, 10 e 12 são visíveis a partir do lado sul (cf. n.º 15, fig. 30).

N.º 15 – Canto oeste da parede sul, formado por silhares de parede, conservada até à 13ª camada (figs. 1, 2, 4, 6, 11 e 30). Na camada 12, no entanto, não há nenhuma pedra antiga. Devido à construção bloco em linha/ajuntoura já referida, existe concordância de juntas com o contraforte n.º 14. A construção é sem qualquer dúvida antiga. Esta conclusão só pode ser válida, porém, para a zona da parede na qual os blocos antigos estão à vista. Como pode verificar-se, é possível reconhecer na zona da base, nas fiadas 1 e 3, três blocos, nas fiadas 4 a 13, que se lhe sobrepõem, e ainda na camada 2, geralmente apenas dois. Unindo as extremidades abertas das fiadas, de cima para baixo, obtém-se uma linha surpreendentemente direita, provavelmente a linha separadora entre a parede antiga e a acrescentada em época moderna. Prova disso são pedras de cantaria relativamente pequenas, reconhecíveis na base do muro e que se vêm juntar ao bloco leste da primeira fiada, continuando na abside (fig. 31). A construção não é comparável ao muro do adro n.º 6, onde a camada mais baixa de silhares de parede foi calcetada com pequenas pedras de cantaria (fig. 17), pois aí essas pedras encontram-se debaixo dos silhares, enquanto que aqui estão na mesma fiada delas; de resto, as pedras de cantaria aqui utilizadas não correspondem às outras em tamanho, material e forma.

N.º 16 – Abside (figs. 1, 3 e 11). Verificou-se que, para se acrescentar a abside, foi demolida a parte central da parede sul do templo, não totalmente até à camada de base, pois como indica a junta muito aberta no ponto onde começa o muro da abside, os silhares de base da parede sul encontram-se *in situ* (fig. 31) encostando nela o muro da abside. Esta demolição parece ter sido efectuada sistemática e metodicamente, de acordo com o que nos é sugerido pelo traçado regular, ortogonal, da linha separadora, descrita no n.º 15, entre muros antigos e modernos. Uma situação idêntica se verifica no canto leste da parede sul (cf. n.º 17). A abside deve datar da época da construção da igreja, ou seja do início do séc. XVIII, pois encaixado nela está o nicho central do altar que, com as suas pequenas colunas caracteristicamente torcidas e douradas, pertence à época barroca, enquanto que toda a parede do altar é neoclássica e foi erguida em 1884 (fig. 14) (Espanca, 1975, p. 32).

N.º 17 – Canto leste da parede sul, formado por silhares de parede, estando conservado ainda a uma altura de 13 fiadas (figs. 1, 4 e 32). Nas camadas 6 e 8 não se avistam, no entanto, pedras antigas, que podem estar cobertas pelo reboco de cal ou então ter sido substituídas por alvenaria moderna, de pedras pequenas. No canto, à altura das fiadas 5, 6 e 8, o reboco de cal com a espessura de alguns centímetros estalou, deixando ver por baixo um silhar de parede caiado de branco e ainda uma superfície de muro sem silhares. Não podemos, em todo o caso, deduzir daí com segurança que toda a parede seja uma reconstrução moderna. Que temos aqui, no seu essencial, a situação original, mostra-o também a arquitrave descrita no n.º 18. Até à 9ª fiada, a parede n.º 17 está no geral conservada com uma largura de três silhares de parede, nas camadas superiores podem ser vistos dois blocos ou apenas um. Como no caso da parede n.º 15, é possível traçar uma linha separadora entre o antigo muro de silhares almofadados e a parede moderna, que aqui é diferente, na medida em que a parede antiga ficou de pé até uma altura maior, numa largura de três silhares. Observando toda a parede sul de uma distância maior, o

aspecto diferente dos silhares de parede não é “incomodativo” (figs. 4 e 11). Os silhares escuros, que em contraste com o reboco de cal branco acentuam tectonicamente os cantos, juntamente com a linha estreita das telhas, também elas escuras, dão ao edifício contornos sólidos. É possível que resulte estranha ao observador a colocação dispersa dos silhares de parede no canto leste, que parece um pouco arejada, sobressaindo tanto mais quanto o canto oeste parece bem proporcionado, devido ao estado de conservação mais constante dos silhares.

À altura da camada 8, imediatamente junto ao arranque da abside, há um silhar isolado (figs. 4 e 11). Sendo único, qualquer comentário acerca dele deverá ser feito com cuidado. Poderia indicar que, originalmente, toda a parede sul foi erguida como muro de silhares. A posição correcta do silhar na fiada, em todo o caso, indica que ele se encontra *in situ*.

Um orifício para ferramenta é visível nos blocos das fiadas 4, 10, 12 e 13. O contraforte n.º 12 constitui um paralelo para a construção descuidada que se constata nas juntas, enchidas com argamassa de cal e fragmentos de tijolos relativamente grandes.

N.º 18 – Canto sudeste. Contraforte de 13 fiadas de silhares de pilastra (figs. 1, 3 e 21). O bloco mais baixo (do alicerce) encontra-se no solo e não é visível, pois está coberto pelo pavimento recentemente colocado; é, porém, claramente reconhecível em fotografias antigas (Correia, 1972, figs. 3 e 4). O contraforte corresponde aos outros, acima descritos e, pelo progressivo recuo a partir do soco (fig. 33), à pilastra n.º 14, no canto oposto. Daí deduz-se que o bloco do alicerce não visível, em analogia com o n.º 14, em frente do alinhamento exterior dos restantes contrafortes da parede leste, deve ser reconstituído de igual modo em posição ligeiramente avançada. Como acontece com o n.º 14, as pedras de cantaria, na parte superior da zona da base, estão colocadas alternadamente como pedra alinhada e pedra em linha/ajuntoura. As fiadas condizem entre si. Ao estabelecer-se uma comparação, deverá ter-se em conta que o bloco do alicerce, acima mencionado, deve ser incluído na contagem das fiadas, de modo que, na verdade, se poderá dizer que a pilastra está conservada a uma altura de 14 camadas. Nas 3ª, 5ª e 7ª camadas, por cima da zona da base, os silhares de pilastra e de parede foram cortados numa só peça. Não pode decidir-se se o mesmo é válido para outros blocos, pois as juntas e o canto interior voltado à parede n.º 19 foram revestidos com argamassa e cobertos com uma espessa camada de cal. Por isso, até a suposição, bem fundada, de que aqui os blocos inferiores, tal como os dos outros contrafortes, se encontram soltos em frente da parede, não pode ser comprovada.

Na fiada do topo encontra-se, no exterior, o bloco de canto da parede n.º 17. O bloco transversal adjacente assenta no contraforte n.º 20 que se segue (fig. 34). O seu comprimento é, no mínimo, de 2,30 m, caso ele assente na pilastra n.º 20 com a mesma extensão que na pilastra n.º 18. Visto que não está embebido no alinhamento da parede, mas situado à sua frente, é óbvio que se trata da arquitrave (Correia, 1972, p. 231)⁵. Aparentemente encontra-se *in situ*.

⁵ Pereira, 1891, p. 29, fala de um friso que estaria conservado na parte leste da igreja, querendo certamente referir-se à arquitrave.

Por enquanto não há motivo para supor a existência de um bloco do friso por cima da arquitrave, como outro elemento arquitectónico do vigamento. Sobre a arquitrave deve ter existido o beiral. Deste modo, a altura do templo de cerca de 6 m deve ter correspondido à de hoje, como aliás a actual forma geral de parede e vigamento deve estar bastante perto da primitiva.

Com base nas observações feitas quanto à altura do beiral pode dizer-se, no que diz respeito aos contrafortes do lado oeste, que sobre as pilastras 8, 10 e 12, das quais estão conservadas 13 fiadas (fig. 29), só deverão faltar as arquitraves; no caso da pilastra n.º 14, uma arquitrave e um silhar de pilastra. A altura das pilastras, hoje uniforme, sugere que a remoção da arquitrave aquando da construção da armação do telhado de duas águas foi uma medida planejada; o trabalho foi executado no sentido descendente. Visto que, como acima verificámos, a abóbada cilíndrica foi renovada no decorrer das obras de 1882-84, só esta fase de construção poderá ser considerada para datar a armação do telhado.

N.º 19 – Parte de parede com 11 fiadas de silhares de parede, se incluirmos a camada do alicerce, por baixo e não visível, representada nas fotografias antigas já mencionadas (Correia, 1972) são 12 camadas (figs. 1, 3 e 21). Da primeira e segunda fiadas à vista, apenas os dois blocos a sul são antigos; a norte, em direcção ao contraforte n.º 20, pode ver-se um remendo com argamassa: por baixo de tudo, um bloco quase rectangular, do tamanho aproximado de um silhar, por cima pedras mais pequenas, não trabalhadas, do tamanho de uma cabeça. Por essa razão, o silhar de parede da terceira fiada, que assenta em cima, deve ter sido (re)colocado neste ponto depois de efectuado o remendo. Não pode determinar-se em que medida também as fiadas superiores foram afectadas pela reparação devido ao espesso revestimento de cal. Pode, no entanto, reconhecer-se a falta regular de silhares nas camadas que se sobrepõem, concluindo-se daí que deverão ter sido igualmente remendados nesses pontos. Por cima de tudo encontra-se a arquitrave; a sua face inferior está à vista (fig. 34).

N.º 20 – Contraforte formado por 11 fiadas de silhares de pilastra (figs. 1, 3, 21 e 35). Contrariamente ao que acontece com a pilastra angular n.º 18, acima do pavimento ainda é visível uma parte do silhar mais baixo, o alicerce. Em analogia com os blocos do alicerce do lado oeste, não apresenta almofadado nem moldura. Os blocos de base são – como nos outros contrafortes – mais largos e, os das camadas superiores 5 a 13, mais estreitos, havendo portanto um recuo entre as camadas 4 e 5. A pilastra é apenas visível de lado. À sua superfície frontal vem juntar-se uma parede (n.º 21) que faz parte de um anexo. O facto de a parede ter sido erguida contra a pilastra, prova que foi acrescentada mais tarde, tanto mais que a maior parte dela foi construída numa técnica diferente e não com silhares almofadados. O n.º 20 forma o canto sudoeste deste anexo.

N.º 21 – Parede sul do anexo (figs. 1, 3 e 21). A parede está caiada de branco. Nos pontos onde saltaram pedaços de reboco, reconhece-se a alvenaria com argamassa, formada por pequenas pedras de cantaria e tijolos, como no n.º 4. No canto leste há quatro silhares almofadados, colocados ao comprido ou

de través (fig. 27). As suas juntas parecem extraordinariamente largas, não obstante o reboco de cal que as cobre, não permitindo uma conclusão clara. Os dois mais compridos, o segundo e o quarto, apresentam orifício para ferramenta.

N.º 22 – Canto leste da parede sul do anexo (figs. 1 e 36). Estão conservadas quatro fiadas de silhares. O silhar mais baixo, do qual apenas se vê metade por estar metido dentro do solo, é um silhar de pilastra, os outros três, pelo seu tipo, são silhares de parede. A diferença é notória, pois foi sempre e consequentemente respeitado o tipo a que pertencem os silhares até à data detectados, de acordo com o local onde foram colocados. Além disso, o silhar mais baixo de todos não se encontra no mesmo alinhamento das superfícies frontais dos blocos que se sobrepõem, avançando um pouco em relação a estes. A forma é-nos conhecida das pilastras angulares n.ºs 14 e 18 (fig. 33), não da base da parede junto ao silhar mais baixo, mas à altura da aresta superior do soco. Tudo isto são irregularidades que, juntamente com a técnica da construção de muros, descrita no n.º 21, permitem apenas a conclusão que todo o anexo é uma obra de época posterior (Correia, 1972, p. 231). Dado que G. Pereira (1891, p. 31), como já foi dito, tendo visitado Sant'Ana em 1882, pensou que o anexo fosse romano⁶, é óbvio que este existia antes da renovação, então efectuada, pertencendo assim à fase de construção de 1715.

N.º 23 – Contraforte sul da parede leste do anexo (figs. 1 e 36). Assenta num avanço da parede construído com argamassa, pequenas pedras de cantaria e fragmentos de tijolos, cuja superfície horizontal ultrapassa a da pilastra em três lados. Por cima seguem quatro fiadas de silhares. Enquanto que as duas do meio são seguramente antigas, o que é testemunhado pelo almofadado, pelas molduras e por um orifício para ferramenta no bloco superior, os silhares 1 e 4 são provavelmente recentes, pois faltam-lhes as mencionadas características. As suas superfícies são completamente planas e lisas. Tanto eles como o avanço da parede são modernos. No reboco de cal foram gravados com uma trolha linhas com a direcção das juntas dos silhares, que deverão querer representar as juntas.

N.º 24 – Parte da parede entre os contrafortes n.ºs 23 e 25 (figs. 1 e 36), construída com argamassa, pedras de cantaria e pedaços de tijolos, muito semelhante à alvenaria várias vezes descrita: é, pois, moderna.

N.º 25 – Contraforte norte da parede leste do anexo (figs. 1 e 36). São visíveis seis fiadas de silhares. Enquanto que os dois blocos inferiores, que apresentam moldura nítida e almofadado, são antigos, os que se sobrepõem apresentam superfícies lisas e planas, iguais às dos dois silhares do meio, já descritos, do contraforte n.º 23. A construção não é antiga, o que se deduz do facto de os dois silhares inferiores, antigos, assentarem de forma desajustada um em cima do outro. O inferior é até mais pequeno do que o superior.

⁶ Seguindo a opinião de Rivára (1983).

N.º 26 – Muro de construção irregular, de pedras de cantaria maiores e menores (figs. 1 e 36). Nela assenta o ossuário do cemitério, caído de branco. Dado que este muro vem unir-se tanto ao contraforte n.º 25 como ao muro do adro n.º 27 b) é construção mais recente, possivelmente moderna.

N.º 27 – Muro leste do adro (fig. 1), a) muro norte do anexo (fig. 12); b) lado oeste do muro do adro (fig. 19, à esquerda); c) lado leste do muro do adro (fig. 19, à direita); d) lado norte do muro do adro (fig. 20). O troço b) do muro é a continuação do muro norte do anexo a) em direcção a c), leste. Devido ao espesso reboco de cal, não é possível decidir se a) foi construído com a técnica de pedras de cantaria, como o troço b), ou se foi utilizada a técnica de silhares como nos troços c) e d), abaixo descritos. O troço b) do muro, composto quase exclusivamente por pedras de cantaria de forma bastante regular, colocadas em fiadas de alturas diferentes, é um remendo e certamente não antigo. É possível que o velho muro de silhares romano estivesse neste ponto em perigo de desmoronamento. A medida tomada deve ser vista no contexto de uma renovação do muro do cemitério, pois a igreja certamente desde a sua fundação que possuiu um cemitério⁷, que originalmente devia estar situado no interior dos antigos muros do adro. O momento em que se desmantelou o antigo muro do adro, na zona do n.º 27 c) e d), e provavelmente também o n.º 27 a) (cf. n.º 30) até à altura actual, não coincidiu forçosamente com o da construção do n.º 27 b), enquanto que a ligação por meio de argamassa da crista do muro e a sua cobertura com telhas em todo o comprimento só pode ter-se verificado após a colocação do remendo no n.º 27 b). O material de construção amorfo, de pedras pequenas, da alvenaria propriamente dita, não permite reconhecer no ponto de junção (apenas um é visível) uma execução divergente que permitisse reconhecer fases do muro. Face à utilização de espólio e silhares modernos no anexo (n.ºs 22, 23 e 25), surge a pergunta porque razão não teriam sido utilizados blocos deste tipo quando se ergue o troço b) do muro. Uma explicação poderia estar numa data diferente para as obras. Enquanto que, como vimos no n.º 22, o anexo pertence à fase de construção de 1715, o remendo de 27 b) faz provavelmente parte da renovação de 1882-84. Não existem porém pontos de referência directos. Parece que, durante as fases de obras modernas, o material de construção foi escolhido criteriosamente, de acordo com o local da sua utilização.

c) troço leste, d) troço norte do muro do adro. Estão conservadas cinco fiadas de silhares almofadados, até à altura de 2,30 m e um comprimento de cerca de 3 m de cada lado. De todas as partes de muro, esta como também a do muro do adro n.º 6, do lado oposto (fig. 18), são as de melhor qualidade, o que se evidencia nas arestas cuidadosamente trabalhadas, nas molduras e nas juntas muito fechadas. Todavia, estabelecendo-se uma comparação, verifica-se que os dois muros do adro são diferentes: assim, o n.º 6 apresenta claramente mais blocos compridos (orifício para ferramentas) e nos n.ºs 27 c) e d) há maior número de blocos mais curtos, ou seja, quadrados. Enquanto que o almofadado

⁷ Rivára (1983, p. 1 ss.) não menciona um cemitério, o que não significa que este não existisse no ano de 1853, quando o autor escreveu o seu relatório.

destes é pronunciadamente convexo e chega mesmo a formar almofada, o almofadado daqueles é plano, praticamente liso. É a diferença acima descrita entre silhares de parede e silhares de pilastra. Não é claro o motivo pelo qual cada um dos tipos de silhares usados no muro do adro foi utilizado de forma diferente; não há, no entanto, motivo para se supor que um dos muros do adro tenha sido eventualmente erguido mais tarde.

O muro, que a norte se liga ao troço d) (fig. 1), pode ser comparado, quanto à sua forma e técnica de construção utilizada, à parte b) já descrita, e é, conseqüentemente, também ele, recente. Como se verificou, o alinhamento do actual muro do cemitério corresponde ao do antigo muro do pátio.

N.º 28 – A nordeste, o muro do cemitério forma um ângulo, ele segue primeiro brevemente em direcção a leste, virando depois novamente para norte (fig. 1). No canto sudeste encontra-se um belo silhar de parede (fig. 37), o qual – caso esteja *in situ* – devia manter a concordância de fiadas relativamente aos silhares do n.º 27 c) e d). Este não é, porém, o caso. Verificou-se que está desviado cerca de 10 cm. Assim não há razão para supor um trajecto correspondente também no alinhamento do antigo muro do adro. Da observação do n.º 29 resulta que uma tal suposição é, de qualquer modo, desnecessária. Antecipadamente deverá dizer-se que a datação provável para a construção do cemitério é a primeira fase de obras em 1715 (cf. n.º 30), o que não é obrigatoriamente válido para o alargamento n.º 28, que poderá ser explicada como alargamento posterior do recinto do cemitério (da fase de construções de 1882-84?).

N.º 29 – Três blocos de muro. Os dois a oeste fazem parte do muro do cemitério, que passa por cima deles. O alinhamento dos muros é quase idêntico (figs. 1, 5, 38 e 39)⁸. Como já várias vezes foi dito no n.º 27, o moderno muro do cemitério assenta também aqui no antigo muro do adro, seguindo o alinhamento deste. A analogia que se verifica aqui é mais um argumento a favor da suposição que estes dois blocos n.º 29 se encontram *in situ*, tal como o modo como foram colocados na terra. Eles fazem parte do templo, ou seja, do muro do seu adro. Os dois blocos a oeste são mais compridos, o a leste, situado em frente deles, é mais curto. No que diz respeito à qualidade da pedra e ao seu acabamento bruto, sem almofadado nem moldura, assemelham-se aos blocos do alicerce acima descritos, situados debaixo dos contrafortes do templo. Os dois blocos a oeste apresentam ainda outro ponto comum com os blocos de parede do muro do n.º 6, pois o seu comprimento de cerca de 120 a 125 cm é igual. Nada se pode dizer sobre a sua altura, pois os blocos estão enterrados no solo. O terceiro bloco leste, mais curto, parece à primeira vista estar tombado, estando deitado sobre a sua face; a sua aresta sul não segue o alinhamento dos outros dois blocos a oeste. Mesmo assim, esta aresta é surpreendentemente direita e a superfície exterior surpreendentemente lisa, permitindo supor que se trata de uma superfície de choque. Se o bloco se encontrar *in situ*, significa que aqui

⁸ G. Pereira (1891, p. 31) fala de antigos blocos de muro e alicerces, que em 1882 ainda teria visto na zona do templo. A observação refere-se possivelmente também aos três blocos n.º 29.

ainda havia outra pedra adjacente em direcção a sul. Formaria um canto interior com o bloco do meio n.º 29. Como mostra a fig. 38 (vista de cima), existem dúvidas se esta pedra se encontra realmente *in situ*, pois – mesmo que parcialmente coberto por terra – parece ter, em comparação com as outras duas, um fundo diminuto. Além disso, a junta entre ela e o bloco vizinho é bastante larga. Nem mesmo o prolongamento linear do muro do cemitério n.º 27d para norte leva a uma decisão inequívoca, pois o seu alinhamento exterior⁹ vem juntar-se à junta entre o bloco leste em questão e o outro, já mencionado, o do meio dos três (cf. reconstituição fig. 7). Poderia ser ele o bloco de canto. Por um lado, porque ele se encontra inequivocamente *in situ*, por outro porque a metade leste da sua superfície exterior apresenta um alisamento, enquanto que a metade leste foi deixada em bruto, ou seja, quebrada (figs. 38 e 39). É possível que a esta superfície alisada se juntasse ao troço de muro n.º 27d, formando assim um canto. Neste caso o bloco leste já referido encontrar-se-ia fora do alinhamento do muro e não *in situ*, tendo talvez tombado. Apenas uma escavação poderia trazer um esclarecimento. Não obstante de a discussão não ter trazido um resultado seguro no que diz respeito à posição exacta do canto interior, parece não haver dúvidas que ele se encontrava num dos dois locais mencionados. Se esta dedução for correcta, também para dois pormenores, observados nos blocos n.º 29 e até à data não compreendidos, encontra-se uma explicação concludente. A primeira advém da circunstância de os blocos – como foi descrito – se assemelharem tecnicamente aos do muro do n.º 6. Enquanto que aí, no entanto, em cada uma das fiadas foram colocados exclusivamente blocos compridos, aqui, no n.º 29, depois de dois compridos segue-se um curto – que se revela como possível bloco angular. A segunda explicação obtém-se através da observação que os blocos n.º 29 são visíveis, subitamente, neste ponto da parte oeste do muro do cemitério, que aqui mede 17,5 m de comprimento. Se eles, na época em que foi erguida a delimitação do cemitério, tivessem sido incorporados no muro, poderia perguntar-se porquê exactamente neste ponto, onde eles são visíveis apenas do interior do cemitério, escondidos na base da parede, pois o aspecto exterior do muro é discreto, apresenta-se caiado de branco e sem qualquer indício de antigo.

N.º 30 – Canto noroeste do anexo, arranque do muro leste do adro n.º 27 (figs. 1, 12 e 40). Não obstante o espesso reboco, podem reconhecer-se as superfícies de quatro silhares de parede antigos, sobrepondo-se directamente os três inferiores, de acordo com o aparelho do muro: os primeiro e terceiro blocos (com orifício para ferramenta) avançam praticamente na proporção igual, enquanto que o segundo fica mais recuado. Está ainda por decidir se também o quarto bloco, o do topo, se encontra *in situ*. A sua posição a esta altura seria um argumento a favor, pois foi mantido um espaço até ao terceiro bloco onde, sem dúvida, poderia encaixar outro bloco. Um argumento contra, no entanto, é o seu comprimento: visto ele ser mais curto do que os primeiro e terceiro blocos, a folga da junta leste não se encontra no alinhamento das restantes folgas, como é

⁹ O alinhamento interior do n.º 27d não é visível, não se podendo, assim, recorrer a ele para um controlo.

de regra noutros troços do muro do adro. Do outro lado dos mencionados quatro blocos, não se avistam na parede outras indicações do muro antigo. Se elas existissem, de acordo com as observações feitas até à data, teriam sido postas à vista também na superfície. Por esta razão podemos supor que a parede é recente. Dado que forma a parede norte do anexo, foi certamente erguida, juntamente com este, na fase de construções de 1715 (cf. n.º 22). Para uma datação antes da fase de obras de 1882-84 aponta também o campanário, contra cuja parede foi construído o anexo, pois como indica a inscrição dos doadores no sino, ele foi benzido no ano de 1790 (Espanca, 1975, p. 32), data em que, portanto, o campanário já devia estar construído. Para a sua datação existem duas possibilidades: 1) 1715, pois além das obras realizadas nos anos de 1715 e 1884 não se conhecem outras na igreja; por conseguinte, desde o início da construção do campanário até à benção do sino teriam assim passado novamente cerca de 75 anos, 2) 1790, devendo admitir-se, neste caso, que houve outra fase de construção neste período, da qual nada se sabe.

Se, como ficou demonstrado, a parede norte do anexo, na sua parte superior, visível, é recente, o mesmo não tem de ser válido para a parte inferior, não visível, da parede norte, por estar debaixo do solo, para cuja classificação não se dispõe de referências directas, como descrito no n.º 27. Esta parte pode muito bem ser antiga, quer dizer, estar conservada como muro de silhares. A carga do campanário é um argumento a favor, contanto que a demolição do muro do adro se tenha efectuado gradualmente. Numa primeira fase ter-se-ia feito o desmantelamento de modo uniforme, até à actual crista do muro, à vista junto aos n.ºs 27c) e d) e suposta no muro norte do anexo n.º 27 a). Sobre esta parte do muro do adro teria sido construída seguidamente a parede moderna. Dado que esta medida já pertence à fase da construção do anexo de 1715, a demolição deve ter-se realizado, o mais tardar, imediatamente antes. Uma segunda fase, posterior, foi-nos apresentada através da parte n.º 27 b), na qual o muro – provavelmente por estar em perigo de ruína – foi totalmente desmantelado e reconstruído. O motivo para a demolição do antigo muro do adro (conservado a alturas diferentes?) até a uma altura uniforme pode ter sido a instalação do cemitério, pois no decorrer destes trabalhos foi enchido terra atrás dos muros, transformando os antigos muros do adro em muros de terraço. Se for este o caso, a instalação do cemitério fazia parte da primeira fase de obras em 1715.

N.º 31 – Parede exterior do parapeito, na parede comprida leste da nave da igreja (figs. 1, 12 e 41). Atrás do parapeito encontra-se a escada que dá acesso ao campanário (fig. 43 e 44). A base da escada está situada imediatamente a norte do imponente contraforte no canto nordeste da igreja. Entra-se através de uma pequena abertura com arco no contraforte. Embebido no muro do parapeito estão três pequenos silhares isolados, visíveis no exterior, junto à base da parede. Em toda a zona não há indícios de alvenaria antiga. Da reconstituição da parede (sem pilastra) resultaria um alinhamento que devia ter passado por baixo da escada; os três silhares ficariam no exterior, fora do ritmo das pilastras, e não podem, assim, encontrar-se *in situ*, sendo uma reutilização.

N.º 32 – No pavimento, no interior da igreja, onde se encontra um pequeno nicho embebido na parede comprida leste, para a pia baptismal (figs. 1 e 42),

pode ver-se a superfície de dois silhares. Apresentam desgaste recente, não sendo possível apenas com base neste facto decidir se os blocos são antigos ou não. A sua posição no alinhamento interior do muro da igreja como também o granito, idêntico ao utilizado em outros elementos da construção, podiam indicar que o são. Por outro lado, as duas paredes compridas da igreja encontram-se, de qualquer modo, sempre no alinhamento dos antigos topos de muro n.º 5, ou seja, n.º 30, e espólios foram regularmente utilizados em todo o edifício da igreja (por exemplo, n.ºs 1, 4, 22-25 e 31). Nestas circunstâncias não parece possível fundamentar uma decisão. Em todo o caso eles foram colocados antes dos tijolos pavimentares, pois estes respeitam os mencionados blocos. Uma situação semelhante foi observada quanto à laje, em frente da porta (n.º 1), que provavelmente pertence à fase de construções de 1775.

2. Igreja

Estão comprovadas através da indicação dos anos 1715 e 1884 duas fases de construção pós-romanas. Existem ainda referências para outras duas. Como já foi dito, a imagem da padroeira St^a Ana, se ela pertencer ao local, permite deduzir a existência de uma capela, possivelmente ainda do séc. XV. Partes de muro ou elementos do edifício desta fase de construção não podem ser designados por falta de pontos de referência.

Pode admitir-se uma fase de obras por volta de 1790, no caso de se provar exacta a mencionada datação do campanário, obtida com base na inscrição do doador no sino. Além da construção do campanário, também neste caso não é possível classificar outras partes de muros ou do edifício.

2.1. A fase de construção de 1715 a 1729

O ano de 1715 está indicado na verga do portal, ponto onde habitualmente se escreve a data em que se executaram trabalhos de construção (fig. 13). O ano de 1729 deve poder incluir-se também nesta fase de construção, data que se obtém com base na indicação do padre Luiz Cardoso que, na sua obra *Diccionario Geographico*, de 1745, escreve que há cerca de 16 anos a igreja foi acrescentada ao templo (Cit. por Rivára, 1983, p. 3 ss. e nota 3). Consequentemente, os trabalhos de 1715 a 1729 ter-se-iam prolongado por 14 anos. O pároco Cardoso, quando relata a construção de uma igreja, fala dela como de um edifício próprio. Ele esclarece que a igreja foi acrescentada (ao edifício antigo), quer dizer, construída adicionalmente. A parte referida é toda a zona norte do edifício, portanto, o lado oposto ao dos nossos muros, do n.º 6 ao n.º 5 e do n.º 30 ao n.º 27 c). Saliente-se aqui que antigamente se pensava que os muros oeste e leste faziam parte do edifício, vendo deste modo na ruína um templo de planta cruciforme, imaginando-se que os braços da cruz teriam o mesmo comprimento (Correia, 1972, p. 230 ss.; Rivára, 1983, p. 2; Pereira, 1891, p. 31)¹⁰. Esta opinião foi já corrigida por J. de Alarcão (1986, p. 93, 1988, p. 98 e

¹⁰ Daí também se entende a observação de Cunha Rivara de que ainda estariam conservados cerca de três quartos do templo.

113) que chamou a atenção para o facto de se tratar de um templo que se abre em direcção a um adro. De acordo com as observações feitas, podem considerar-se pertencentes a esta fase de obras:

- a abside, que determina o comprimento sul. O alinhamento exterior norte pôde ser reconstituído; este deve ter-se situado um pouco (cerca de 50 cm) a sul do actual (ver n.º 1);
- os dois topos de muro descritos no n.º 4c, que levam à reconstituição de um arco, onde hoje se encontra também um arco;
- o anexo que serve de sacristia. Está por esclarecer se também o campanário pertence a esta fase de construção (cf. n.º 30);
- o cemitério, cuja planta segue, no essencial, o alinhamento dos antigos muros do adro (ver n.ºs 27-30). Para o alargamento a nordeste pode tomar-se em consideração uma fase de construção posterior (cf. n.º 28).

2.2. A fase de construção de 1882 a 1884

As datas para a duração desta fase de construção (cf. n.º 1) obtêm-se da combinação da visita de G. Pereira ao local, em 1882, com a data de 1884 na cartela por cima da porta (fig. 8). A ela pertencem, de acordo com as observações feitas:

- a abóbada cilíndrica, em perigo de desmoronamento, que foi o verdadeiro motivo da renovação nesta época;
- a construção da armação do telhado e, com ela, a cobertura de telhas, cujo contorno segue o da abóbada, sendo portanto ligeiramente curva;
- a colocação da nova fachada, que significa um alargamento da igreja anterior, de cerca de 50 cm para norte e que incluiu a deslocação da porta;
- a demolição parcial do muro do adro, n.º 6, para dar passagem à rua da aldeia;
- provavelmente foi rasgada a porta lateral, n.º 9, na parede oeste e construída a pequena escada em frente dela;
- a colocação, no interior, da parede do altar classicizante;
- a renovação do muro do cemitério na zona do n.º 27 b) e, seguidamente, a cobertura da crista do muro do n.º 27 em todo o seu comprimento;
- possivelmente, o alargamento do cemitério em direcção a nordeste.

Resumindo, a história da construção da igreja aparece da seguinte maneira¹¹. A parte essencial foi sempre o núcleo romano a sul do n.º 5 e n.º 30, o qual, devido à estabilidade da sua construção com imponentes muros e contrafortes, conservou a substância construtiva original. A planta em U abre para norte e foi nesta direcção que a igreja foi acrescentada, sendo, portanto, a sua orientação norte-sul, com a entrada do lado norte. O ponto de junção encontra-se imediatamente a norte das ligações dos muros do adro n.ºs 5 e 30.

¹¹ Parece que já não existem plantas mais antigas que pudessem ajudar a esclarecer a questão. Agradeço a informação e a autorização para a consulta de documentação e a utilização do levantamento como base para os nossos desenhos à Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa.

O núcleo romano foi, sob vários aspectos, determinante para a forma arquitectónica da igreja. Foram mantidas as medidas de largura e de altura, bem como a cobertura com uma abóbada cilíndrica (cf. abaixo). Assim, ao acrescentar-se a igreja, completou-se de certa forma o antigo monumento arruinado. Esta torna-se palpável para nós, pela primeira vez, na fase de obras de 1715 a 1729. O edifício nascido neste período não foi alterado na sua essência na fase posterior, de 1882-84. Vimos, pelos pontos acima enumerados, que os trabalhos efectuados foram reparações e acções de embelezamento, não intervenções de ordem estrutural. Deverá, pois, falar-se antes de uma renovação. No caso do arco do n.º 4 c, até foi conscientemente copiada uma forma arquitectónica já existente. Torna-se aqui evidente um tratamento cuidadoso da substância construtiva mais antiga, que também se sente em muitos outros pontos, precisamente também onde se trata de elementos construtivos e partes de muros antigos. O observador tem sempre a impressão que o arquitecto, deixando à vista um ou outro bloco, partes de muros ou pormenores antigos, bem como através da sua escolha de materiais e técnicas, quis deixar sinais de conhecimento de causa – de certa maneira, janelas para a história¹². Como exemplos, mencionam-se a arquitrave do n.º 19 (figs. 3, 21 e 34), única deixada *in situ*, a laje no interior da igreja, em frente do portal (fig. 23), e ainda os dois silhares do n.º 32 (figs. 1 e 42), o bloco isolado na parede sul n.º 17 (figs. 4 e 11) que poderá ser compreendido como indicação da execução de toda a parede com silhares almofadados, o remendo do muro n.º 27 b (fig. 19), etc. Enquanto que o último exemplo já faz parte da renovação de 1882-84, os restantes integram-se na primeira fase de obras de 1715-1729. O arquitecto dos finais do séc. XIX apropriou-se pois do procedimento dos seus antecessores, continuando-o. É interessante que o arquitecto do início do séc. XVIII já tenha tido uma interpretação da ruína, da sua representação e ligação com um edifício recente, que corresponde em absoluto aos princípios modernos actuais.

3. Adro

Os dois muros do pátio n.ºs 5-6 ou 27 limitam o adro em direcção a oeste, sul e leste. A sua extensão para norte é marcada pelos blocos n.º 29 (fig. 1). Para a reconstituição do adro romano (fig. 7), baseando-nos nas observações efectuadas, temos para a sua forma um rectângulo alargado com cerca de 36,7 m no sentido oeste-leste. Regista-se a mesma medida no sentido norte-sul, isto é do muro norte do adro (n.º 29) até à parede sul do templo (n.ºs 15, 16 e 17). Fica assim esclarecido que o planeamento se baseia num quadrado. Para a incorporação do templo, o muro do adro sul n.º 5/6, ou seja 27/30 foi desviado cerca de 8,1 m para norte. A relação comprimento parcial : comprimento total (8,1 : 36,7 m) é aproximadamente 1:4½.

Para a determinação do antigo nível do pavimento existem poucos pontos de referência, que no entanto permitem uma opinião. Os blocos n.º 29

¹² Quanto a esta expressão e como introdução a toda a problemática da protecção de monumentos arquitectónicos, ver Nohlen, 1997, p. 185-199.

encontram-se no ponto mais alto de toda a zona; daqui até à parede sul do templo (n.ºs 15-17) o terreno descaí cerca de 3 m (comparar fig. 6). Os blocos encontram-se junto à base do muro do cemitério; a sua forma (figs. 5, 38 e 39), como vimos, pode ser comparada à de blocos do alicerce, como os utilizados no templo (fig. 10). Estes, juntamente com a soleira da porta da igreja e o pavimento de paralelepípedos, colocado à volta da igreja (figs. 8-11), são um indício que levam à conclusão que o antigo nível de pavimento deve ter correspondido aproximadamente ao de hoje. É admissível que, já na antiguidade, o adro tenha sido nivelado parcialmente com terra nas zonas situadas a nível mais baixo, em direcção a sul, ao muro do adro n.ºs 5/6 ou 27/30. Um melhor esclarecimento poderia ser obtido pondo a descoberto o lado interior do muro n.º 27a) e c).

4. Recinto do templo

O templo abre em direcção ao adro. Para a reconstituição da sua planta é decisivo o facto de, do outro lado, quer dizer a norte dos arranques dos muros do pátio n.ºs 5 e 30, não se terem identificado partes de muro que pudessem ser consideradas, com alguma segurança, como pertencentes ao templo. Daí resulta a planta de um adro com forma de rectângulo alargado, em cujo lado sul, exterior, foi erguido o templo. A sua construção não entra para dentro do adro. No desenho da reconstituição (fig. 7), o topo do muro imediatamente a norte do n.º 5 foi tirado do desenho de Correia, que em 1912 – contrariamente ao que acontece hoje – ainda deve ter visto a ligação entre a alvenaria antiga com almofadado e a alvenaria moderna com argamassa. A abertura para a porta deverá ser reconstituída no alinhamento dos muros leste-oeste do adro. Devemos supor o acesso ao templo, a partir do adro, ao nível do chão ou talvez passando por alguns degraus. A planta apresenta uma forma quase quadrada, ou seja subquadrangular (11,2x9,4 m); o templo parece pequeno, do tipo *cella*, sendo invulgares os imponentes contrafortes, embebidos nas paredes oeste e leste. Juntamente com a sua construção em pesada alvenaria com almofadado só pode ser considerada uma explicação funcional. O templo deve ter possuído uma abóbada cilíndrica. Está por esclarecer se ela representava já o forro exterior do edifício ou se, como hoje, existia um telhado com telhas. A forma moderna poderia apoiar esta suposição, tanto mais que o tipo de construção é comprovado em edifícios romanos¹³. A renovação das abóbadas, que se verificou no decorrer da fase de construções de 1882-84, deve certamente ter visado sobretudo a antiga abóbada cilíndrica, pois por ser a mais antiga estava provavelmente mais ameaçada de ruína que a da igreja acrescentada em 1715.

As características mencionadas são típicas para um grupo de templos romanos, descritos por A. Lézine (1961, p. 6) e, mais tarde, por J. B. Ward-Perkins (1970, p. 491 ss). Em vista da forma pouco clara da frente do nosso templo, não se sabendo se aberta com colunas ou com parede fechada e porta, a sua atribui-

¹³ Por exemplo, em Munigua (Hauschild, 1993a, p. 13, est. 20 e 21).

ção a uma das respectivas variantes ainda está por fazer (Lézine, 1961, p. 102). Em todo o caso a sua associação ao grupo confirma a sua classificação como edifício sagrado. Não há dúvida: trata-se do Templo de *Carneus*, em *Calantica/Sant'Ana do Campo*. O território onde existe maior número de complexos deste tipo é predominantemente a África do Norte. Os exemplos mais conhecidos deste tipo são, entre outros, o Templo da Paz bem como o das Cereres em Thuburbo Maius (Lézine, 1961, p. 99-118, 1968, p. 15, est. 2, n.º 3, p. 24 ss., est. 6; Ward-Perkins, 1970, est. 187A), o templo em Sufetula/Sbeitla, mais tarde transformado na Igreja de Servus – a chamada Basílica III (Duval, 1982, p. 607, est. 9, lám. 11; Duval e Baratte, 1971, p. 75 ss., 20, est. 48), o Templo de Saturno em Thugga/Dougga (Poinssot, 1958, p. 63 ss., 26, est. 7), o Templo H em Lixus/Marrocos (Niemeyer, 1992, p. 45-57, est. 3; Ponsich, 1982, p. 828, est. 6). Juntamente com o Templo de Eschmun-Esculápio em Nora/Sardenha (Manconi e Pianu, 1981, p. 44; Pesce, 1961, p. 60, est. 32-36, 1963, p. 540 ss.; Schneider, 1985, p. 482, est. 507; Vivinet, 1891, p. 302), o Templo de *Carneus* em *Calantica/Sant'Ana do Campo* é um dos dois representantes do tipo até à data conhecidos no continente europeu¹⁴. Os pontos em comum, no que diz respeito à forma arquitectónica, são a situação dos templos no exterior de um adro em direcção ao qual eles abrem. Este é geralmente quase quadrado, em Thuburbo Maius, Templo das Cereres (29x32 m)¹⁵, Nora (13x12,5 m)¹⁶, Sbeitla (33x28 m). A forma de rectângulo largo em Sant'Ana do Campo (36,2x28,6 m) tem um paralelo no Templo da Paz em Thuburbo Maius (19x15m)¹⁷. Os edifícios dos templos propriamente ditos apresentam na generalidade uma planta com forma de quadrado ou subquadrangular. O comprimento lateral de 9,2 m em Sant'Ana aproxima-se da medida de 8 m¹⁸ do Templo de Ceres em Thuburbo Maius e de 8,8 m em Sbeitla. Por outro lado, a planta dos templos em Nora e em Lixus tem forma de ferradura. Abóbadas como as de Sant'Ana do Campo são também reconstituídas nos dois templos em Thuburbo Maius, devido ao seu reforço de canto, enquanto que, de forma análoga, o Templo da Paz, apresenta pilastras nas suas paredes maiores. Os recintos foram todos construídos no sentido aproximadamente norte-sul. De modo diferente do habitual, a porta do Templo de *Carneus* de Sant'Ana abre em direcção a norte. Mas também para esta forma singular existem exemplares comparáveis entre os templos deste grupo em Nora e Thuburbo Maius (Templo das Cereres). Este edifício apresenta-se também como um paralelo para a situação na encosta do templo em Sant'Ana, com a diferença de aqui o terreno subir para norte, enquanto que naquele desce na mesma direcção. Relativamente à sua situação é interessante que vários destes templos se encontram no exterior do *pomerium* e, quando estão situados na área urbana, não forçosamente junto ao centro romano, não constituindo, portanto, o templo principal da cidade. A explicação poderia encontrar-se em mais uma particularidade deste grupo de templos, supostamente existente em alguns dos recintos, e comprovada no Templo de

¹⁴ Quanto a locais de culto púnicos no Levante espanhol, ver Bonet Rosado, 1995.

¹⁵ Medidas tiradas dos próprios desenhos.

¹⁶ Ver nota 15.

¹⁷ Ver nota 15.

¹⁸ Ver nota 15.

Saturno, em Dougga: está situado no local de um recinto púnico mais antigo, que, como santuário, é seu antecessor (Ward-Perkins, 1970)¹⁹. A questão da continuidade do culto – interessante sobretudo também no que diz respeito às divindades veneradas, justamente não pertencentes ao círculo das divindades capitólicas ou dos imperadores deificados – não pode ser investigada por falta de trabalhos preliminares. Nos santuários que se encontram fora da área urbana, pode observar-se geralmente uma consagração ao Saturno africano²⁰. Datações fiáveis existem apenas para o Templo de Saturno em Dougga, datado por inscrição do ano de 195. Datações dos outros recintos de templos não existem ou são insuficientes. Foi apresentada uma datação geral no séc. III para o templo em Sbeitla; parece haver uma datação semelhante no caso do recinto em Nora, baseada em moedas recolhidas de imperadores antoninos e de Gordiano III. O exemplo mais antigo do grupo seria, de acordo com os estudos críticos recentemente efectuados, o Templo H em Lixus, actualmente datado na época mauritana, ou seja, pré-romana (Niemeyer, 1992, p. 57). Para as inscrições acima mencionadas do Templo de *Carneus* em Sant'Ana é proposta uma data do séc. II (Encarnação, 1984); as suas formas arquitectónicas não oferecem pontos de referência precisos, nem mesmo os muros com almofadado, habitual não apenas no ocidente por um longo período e em muitos edifícios (Frade, 1994, p. 1017 ss.; Lugli, 1957)²¹. Somente a utilização da abóbada como forma arquitectónica poderia ser tomada em consideração, na medida em que esta forma, como se sabe, começa a ser usada na construção de templos romanos²² na época de Adriano, devendo-se supor a sua utilização em Sant'Ana apenas posteriormente. Uma datação no séc. III para Sant'Ana foi considerada por V. Correia sem apresentar justificação (Correia, 1972, p. 232). Tal como o Templo de *Carneus* em *Calantica*/Sant'Ana, também o Templo das Cereres em Thuburbo Maius e o templo em Sbeitla (Igreja de Servus), foram posteriormente transformados em edifícios de culto cristão (Duval, 1971).

O templo ergue-se sobre uma substrução, a qual, devido ao terreno que desce para sul, apresenta aqui a sua maior altura de cerca de 1,7 m. A norte é possível reconstituir a altura de 1 m escasso, com base na linha das arestas superiores da base, cujo prolongamento aproximadamente a esta altura vem dar ao arranque do muro do pátio n.º 5 – contanto que a antiga linha da encosta tenha correspondido praticamente à de hoje (fig. 6). O antigo nível do pavimento da *cella* encontrar-se-ia à altura do chão actual da igreja. Ter-se-ia acesso à *cella* através de uma escada com uma altura semelhante à do n.º 9, quer dizer, com cerca de 4 degraus. Caso o declive da antiga linha da encosta em frente da *cella* do templo tenha sido menos acentuado, o número de degraus diminuiria proporcionalmente.

¹⁹ A observação levou a tentativas de fazer derivar de modelos púnicos, ou seja, orientais, também os edifícios sagrados em questão (ver Pensabene, 1990).

²⁰ Os monumentos foram compilados, de forma bastante completa, por LeGlay (1966).

²¹ Não há razão para supor que os silhares almofadados tenham estado cobertos de estuque, pois não foram observados quaisquer restos do mesmo.

²² Templo de Vénus e de Roma, assim como de Adriano em Roma.

Tratar-se-á de um pódio itálico-romano ou de uma simples estrutura de base? Surgem dúvidas, pois não se trata de um pódio no sentido de um elemento construtivo alto, independente, com forma de bandeja e saliente em todas as direcções, com cornija de remate circundante. Para uma interpretação como pódio podia alegar-se que, através das bases das pilastras salientes nos lados maiores, por vezes parece, sobretudo de uma distância maior e a partir de sudoeste (figs. 10 e 15), que a *cella* do templo se ergue em cima de um pódio. Neste caso a interpretação seria talvez a de uma forma local de um pódio de templo itálico-romano, cuja configuração estivesse presente na ideia durante o seu planeamento. Uma vez que este tipo de templos era construído de preferência em encostas (Kähler, 1970, p. 17), em Sant'Ana o facto de o monumento não se distinguir especialmente através da sua situação no terreno, seria uma explicação convincente. De resto, tais adaptações a formas do templo itálico-romano, nomeadamente também através da introdução de um pódio nos templos do grupo acima referido, verificam-se com regularidade a partir do séc. II (Ward-Perkins, 1970), o que não tem, todavia, nada a ver com a posição curiosa, verificada em todos os casos, dos silhares da base debaixo das pilastras, soltos à frente e não embebidos no muro que se encontra atrás; trata-se de uma forma especial, frequentemente observada na *Baetica* – por exemplo em Munigua (Hauschild, 1993a, est. 4, 5, 9, 10 e 12), para a qual talvez haja uma explicação técnica (protecção anti-sísmica?).

Contra um pódio se levantam as dúvidas acima expostas, a altura de apenas 1 m no lado norte²³ bem como a explicação acima dada que pode julgar-se remota, mas que, mesmo assim, não parece de antemão despropositada. Por outro lado, a interpretação como base para o templo que, devido à sua situação na encosta, necessita de uma superfície de construção plana, é simples e funcional.

Uma escavação poderia trazer mais luz – não apenas quanto a questões ligadas à forma arquitectónica (entrada para o adro e para o templo) ou à situação urbanística (situação do complexo na zona de *Calantica*)²⁴. Pois, caso se venha a verificar que em Sant'Ana o santuário romano se ergue no sítio que outrora foi também um lugar de culto – para o que apontam os resultados obtidos nos mencionados locais comparáveis – a discussão sofreria um novo alento, tanto mais que em analogia se pode supor um culto púnico²⁵. A sua situação no interior do país seria tão invulgar como a sua datação. Por um lado porque os locais de achados púnicos do extremo ocidente, até à data descobertos, estão localizados na generalidade directamente na costa ou são acessíveis a partir daí (Tavares, 1993, p. 12) e não longe dos rios – os corredores naturais de acesso ao interior (Arruda, 1993, p. 208) – como em *Calantica/Sant'Ana do Campo*; por outro lado, porque a continuação da existência de um

²³ A altura corresponde à do pódio do chamado Templo de Isis, em Bulla Regia, que aliás é mínimo (Eingartner, 1992, p. 224). Agradeço a J. Eingartner indicações e revisão crítica do manuscrito.

²⁴ É possível que as superfícies de rocha desgastadas ou degradadas, em frente do canto sudoeste n.º 15 (fig. 31) do templo, sejam parte de um caminho.

²⁵ Uma ideia geral dos cultos orientais do Portugal romano é dada por Alarcão, 1988, p. 103 ss. Quanto ao problema em geral e como comparação de uma outra província romana, ver também Galsterer, 1992, p. 379 ss.

santuário púnico até à época romana seria um argumento arqueológico interessante para a continuidade do culto e da população. O santuário de *Carneus* em *Calantica* seria, nestas circunstâncias, possivelmente outro exemplo que indica que a sobreposição de tribos de celtas indo-europeus, vindas da Meseta, à cultura mediterrânea da época orientalizante no Alentejo, a partir do séc. V, não se estendia de modo algum de forma a cobrir todo o território alentejano²⁶.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1974) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.
- ALARCÃO, J. de (1986) – Arquitectura Romana. In *Historia da Arte em Portugal*. Lisboa: Edições Alfa. p. 75-109.
- ALARCÃO, J. de (1988a) – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.
- ALARCÃO, J. de (1988b) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips.
- ALARCÃO, J. de (1990) – A Urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto. In *Stadtbild und Ideologie. Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit*. München: Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften in Kommission bei der C.H. Beck'schen Verlagsbuchhandlung. (Bayerische Akademie der Wissenschaften. Philosophisch-Historische Klasse. Abhandlungen Neue Folge, Heft 103.
- ARRUDA, A. (1993) – A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém. In *Estudos Orientais IV. Os fenícios no território português*. Lisboa: Instituto Oriental. p. 193-214.
- ARRUDA, A.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1995) – O que é a IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal? *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35, p. 237-257.
- BERMEJO, J. C. (1986) – *Mitología y mitos de la Hispania preromana*. Torrejón de Ardoz.
- BERROCAL RANGEL, L. (1989-1990) – Cambio cultural y romanización en el Suroeste Peninsular. *Anas*. Mérida. 2/3, p. 103-122.
- BOËTHIUS, A. e WARD-PERKINS, J. B. (1970) – *Etruscan and Roman Architecture*. Middlesex: Penguin Books.
- BONET ROSADO, H. (1995) – Lugares de culto y ritos de influencia púnica en la edatania ibérica, Valencia, España. In *Actes du III^{ème} congrès international des études phéniciennes et puniques*. Tunis. p. 175-186.
- CORREIA, V. (1972) – O Templo Romano de Sant'Ana do Campo, Arraiólos. In *Obras IV. Estudos arqueológicos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis. Publicado também em *Terra Portuguesa*. 2. 1916, p. 167-170.
- DUVAL, N. (1971) – Église et temple en Afrique du Nord sur les installations chrétiennes dans les temples à cour. À propos de l'église dite de Servus à Sbeitla. In *Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques*. Paris: Bibliothèque Nationale. N. S. 7, p. 265-296.
- DUVAL, N. (1982) – L'urbanisme de Sufetula = Sbeitla en Tunisie. In *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt II*. 10.2 Berlin: Walter de Gruyter. p. 598-632.

²⁶ Quanto a este problema, Arruda, Guerra e Fabião, 1995, p. 237-257; quanto à romanização da zona, Berrocal Rangel, 1989-1990, p. 103-122; quanto aos celtas, Kalb, 1990, p. 338-347).

- DUVAL, N. e BARATTE, F. (1971) – *Les ruines de Sufetula-Sbeitla*. Tunis.
- EINGARTNER, J. (1992) – Fora, Capitolia und Heiligtümer im westlichen Nordafrika. In *Die römische Stadt im 2. Jahrhundert n. Chr.* Köln: Rheinland-Verlag. p. 213-242.
- ENCARNACÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- ESPANCA, T. (1975) – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes. p. 31-33.
- FRADE, H. (1994) – La technique constructive de quelques monuments de la Lusitanie. In *L'Africa Romana. Atti dell XI convegno di studi*. Karthago: ed. Mustapha Khanoussi, Paola Ruggeri, Cinzia Vismara. p. 1017-1027.
- GALSTERER, B. e H. (1992) – Romanisation und einheimische traditionen. In *Die römische Stadt im 2. Jahrhundert n. Chr.* Köln: Rheinland-Verlag. p. 377-389.
- HAUSCHILD, T. (1989-1990) – Arquitectura romana religiosa em Portugal. *Anas*. Mérida. 2/3. p. 57-76.
- HAUSCHILD, T. (1992) – Anotaciones sobre un Capitel Compuesto Encontrado en Beja, Alentejo. In *Miscellânia Arqueológica a Joseph M. Recasens*. Tarragona: Edicions El Médol. p. 57-62.
- HAUSCHILD, T. (1993a) – Das Grabgebäude in der Nekropole Ost. In *Mulva III*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern. p. 7-34.
- HAUSCHILD, T. (1993b) – *Funde in Portugal*. Sternstunden der Archäologie. Göttingen: Muster-Schmidt Verlag. p. 159-176.
- HAUSCHILD, T. (1994) – Évora, Vorbericht über die Ausgrabungen am römischen Tempel 1989-1992. *Madri der Mitteilungen*. Mainz. 35, p. 314-335.
- KÄHLER, H. (1970) – *Der römische Tempel*. Berlin: Gebr. Mann Verlag.
- KALB, P. (1990) – Zum Keltenbegriff in der Archäologie der Iberischen Halbinsel. *Madri der Mitteilungen*. Mainz. 31, p. 338-347.
- LeGLAY, M. (1966) – *Saturne Africain. Monuments 2: Numidie-Mauritanie*. Paris: Boccard. (Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome; 205).
- LÉZINE, A. (1961) – *Architecture romaine d'Afrique*. Tunis-Paris: Presses Universitaires de France.
- LÉZINE, A. (1968) – *Tiburbo Maius*. Tunis: Société Tunisienne de diffusion.
- LUGLI, G. (1957) – *La tecnica edilizia romana I*. Roma: Giovanni Bardi Editore.
- MANCONI, D. e PIANU, G. (1981) – *Sardegna. Guide archeologiche*. Roma: Gius. Laterza & Figli.
- NIEMEYER, H. G. (1992) – Lixus: fondation de la première expansion phénicienne, vue de Carthage. In *Lixus*. Actes du colloque organisé par l'Institut des sciences de l'archéologie et du patrimoine de Rabat avec le concours de l'École française de Rome. Rome. p. 45-57.
- NOHLEN, K. (1997) – Ästhetik der Ruine. In *Antike Welt*. Mainz. 28, p. 185-199.
- PENSABENE, P. (1990) – Il tempio di Saturno a Dougga e tradizioni architettoniche d'origine punica. In *L'Africa Romana. Atti del VII Convegno di studio*. Sassari: Edizioni Gallizzi. p. 251-293.
- PEREIRA, G. (1891) – *Estudos Eborenses. Antiguidades Romanas em Évora e seus arredores*. Évora: Minerva Eborensis.
- PESCE, G. (1961) – *Sardegna punica*. Cagliari: Editrice Sarda Fratelli Fossataro.
- PESCE, G. (1963) – Nora. In *Enciclopedia dell'Arte Antica*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana. p. 540-542.
- POINSSOT, C. (1958) – *Les Ruines de Dougga*. Tunis.

- PONSICH, M. (1982) – Lixus: Informations archéologiques. In *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt II*. 10.2 Berlin: Walter de Gruyter. p. 817-849.
- RIVÁRA, J. H. da C. (1983) – *Memórias da Villa de Arrayolos*. 2ª ed. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos.
- SCHNEIDER, E. E. (1985) – La Sardegna in età romana. In *Ichnussa, La Sardegna dalle origine all'età classica*. 2ª ed. Milano: Garzanti, Scheiwiller. p. 477-484.
- TAVARES, A. A. (1993) – Fenícios e massienos - mesek - no sul da Península Ibérica. In *Estudos Orientais IV. Os fenícios no território português*. Lisboa: Instituto Oriental. p. 13-22.
- VIVANET, F. (1891) – Nora. Scavi nella necropoli dell'antica Nora nel comune di Pula. In *Notizie degli scavi di antichità*. Milano. p. 299-302.

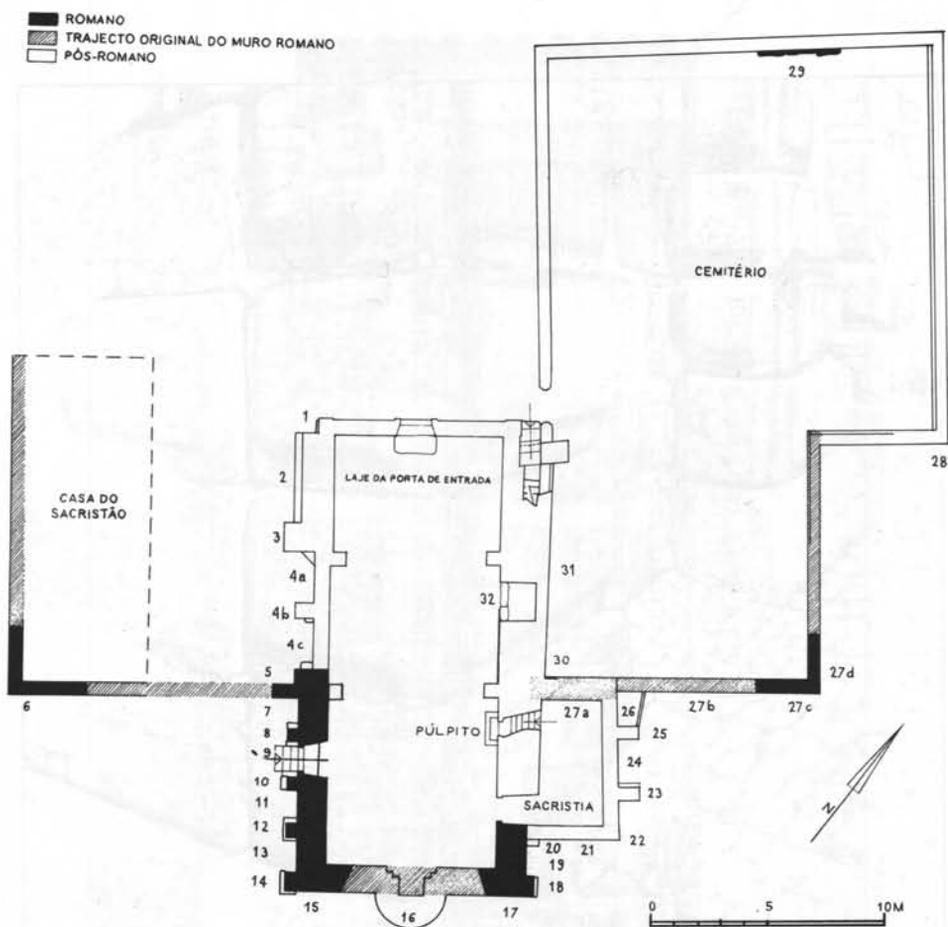


Fig. 1 – Sant'Ana do Campo, igreja, planta (quanto aos números, ver respectivo texto). Desenho A. Ramos com base num levantamento efectuado pela DGEMN na década de 70.

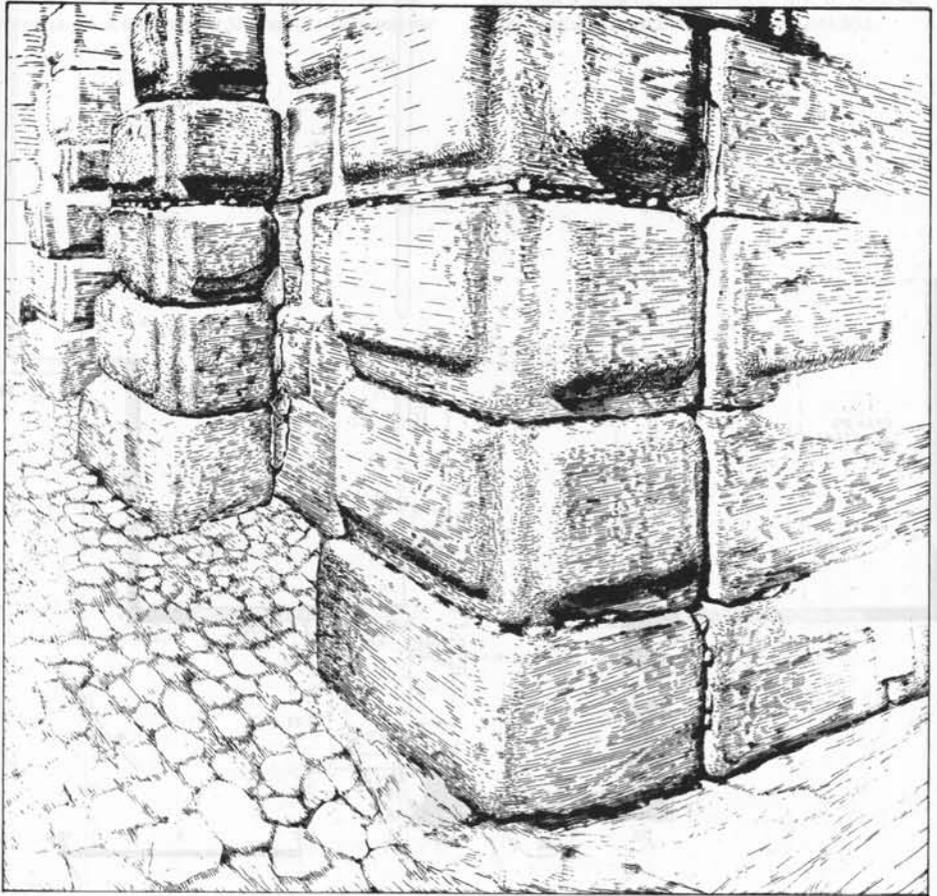


Fig. 2 – Sant'Ana do Campo, igreja, canto sudoeste (n.ºs 14/15, 13, 12 e 10). Desenho de A. Ramos.

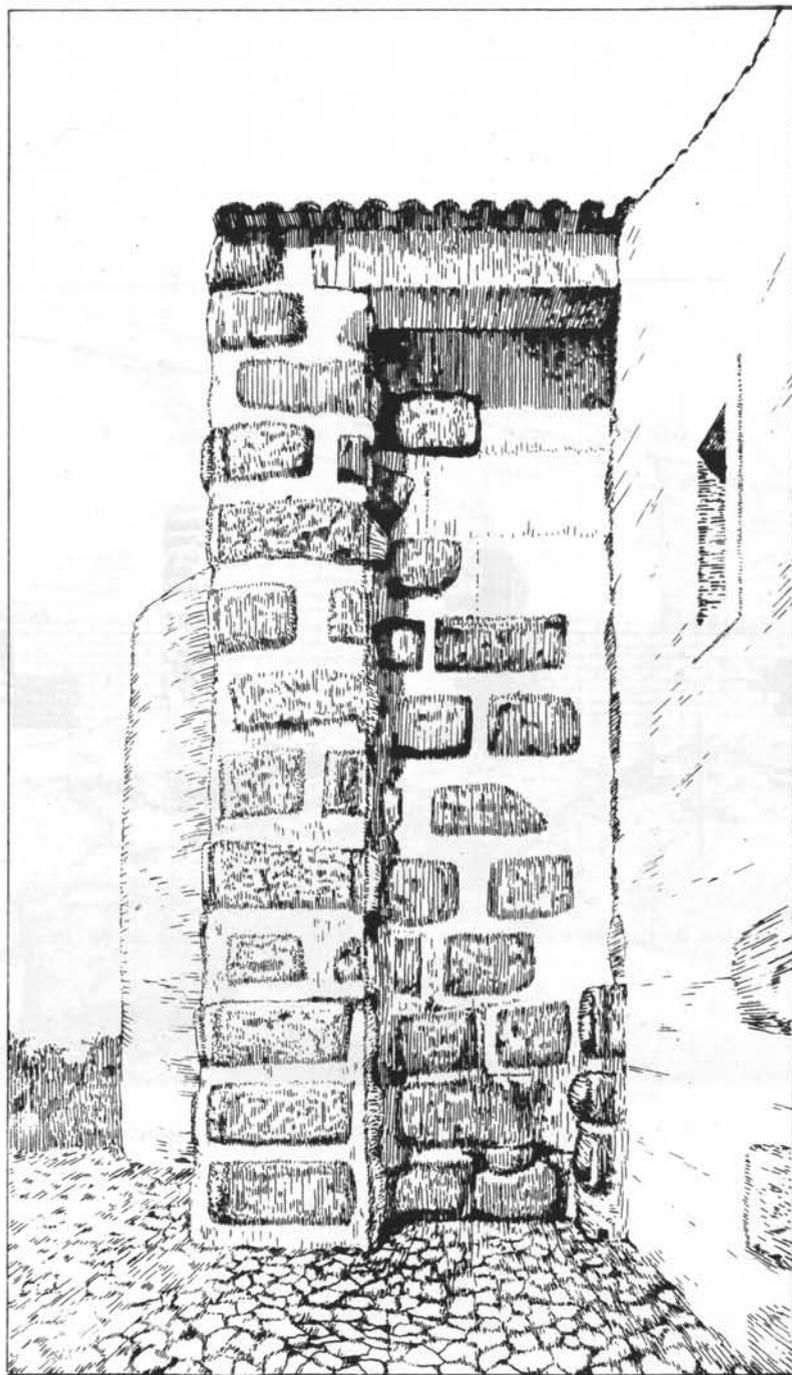


Fig. 3 – Sant'Ana do Campo, igreja, canto sudeste (n.ºs 18, 19 e 20). Desenho de A. Ramos.

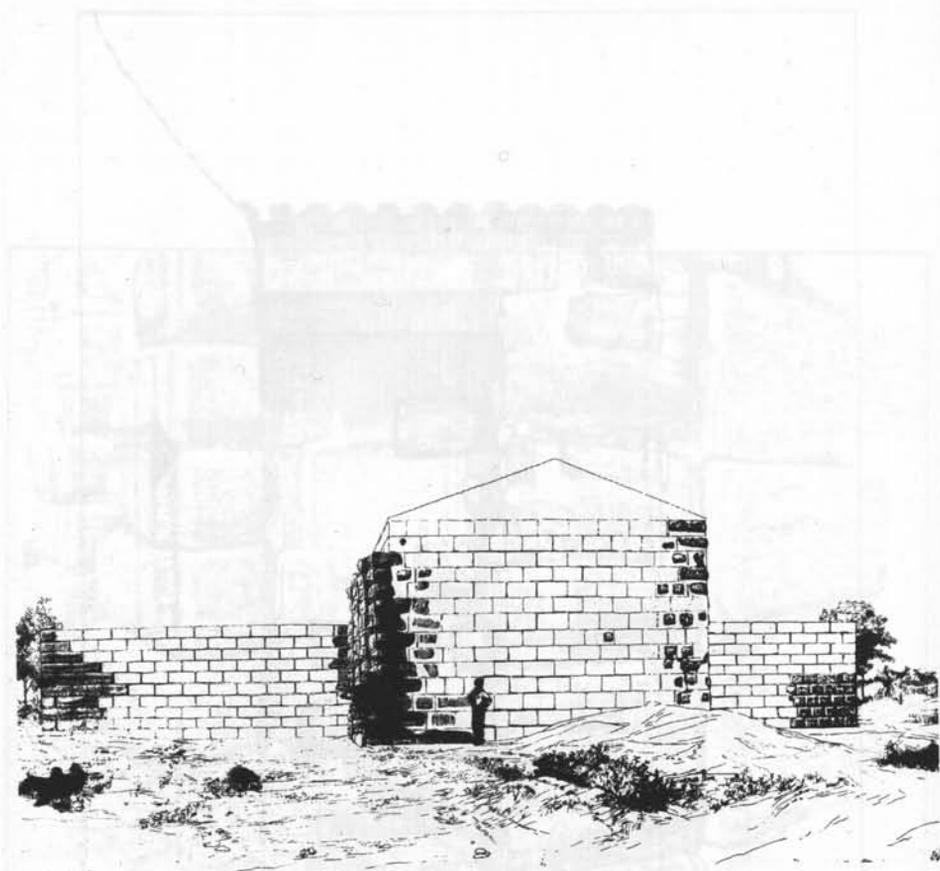


Fig. 4 – Sant'Ana do Campo, reconstituição do recinto do templo, vista de sul. Desenho de A. Ramos.

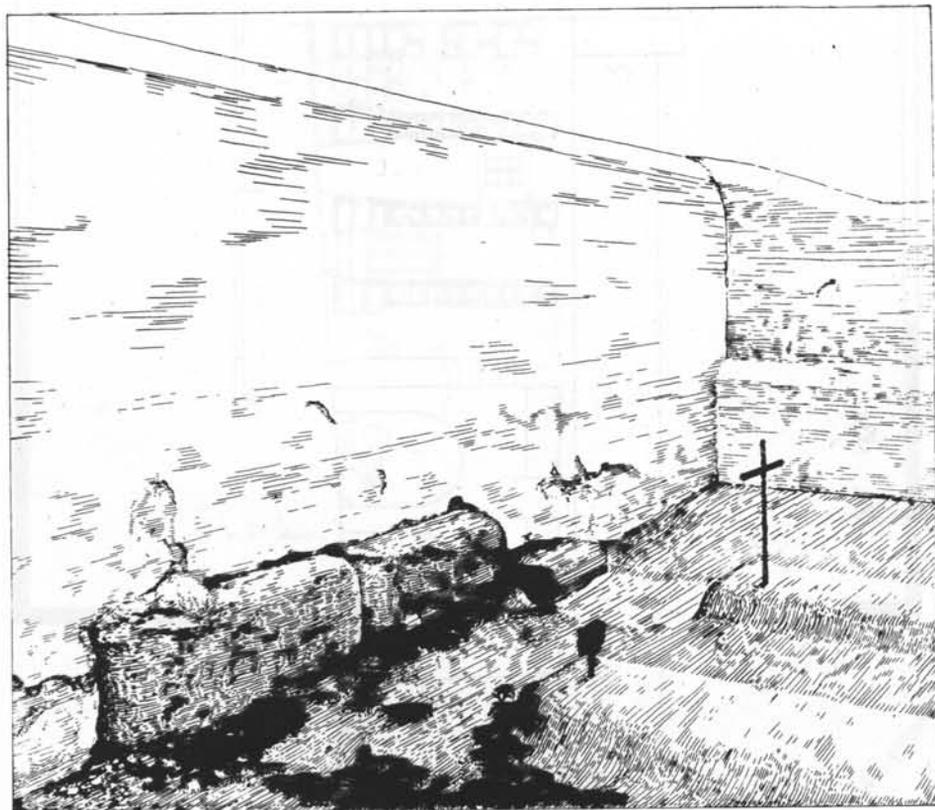


Fig. 5 – Sant'Ana do Campo, os três blocos n.º 29. Desenho de A. Ramos.

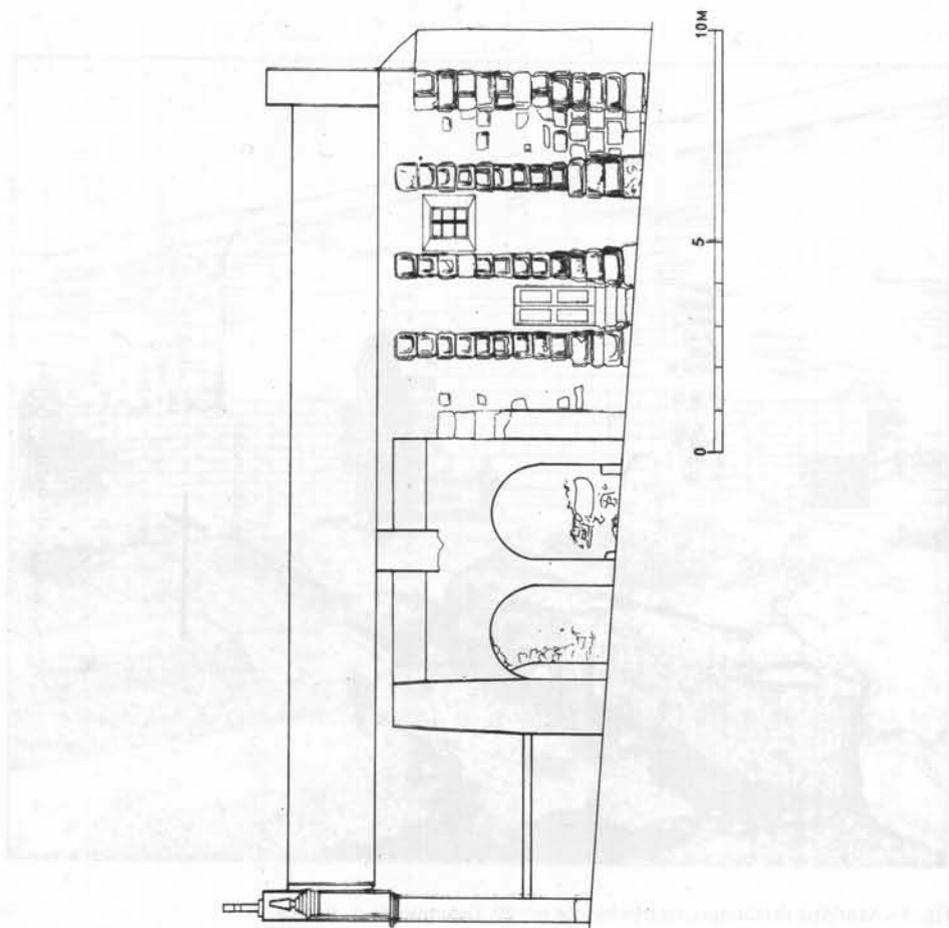


Fig. 6 – Sant'Ana do Campo, igreja, lado oeste. Desenho de A. Ramos.

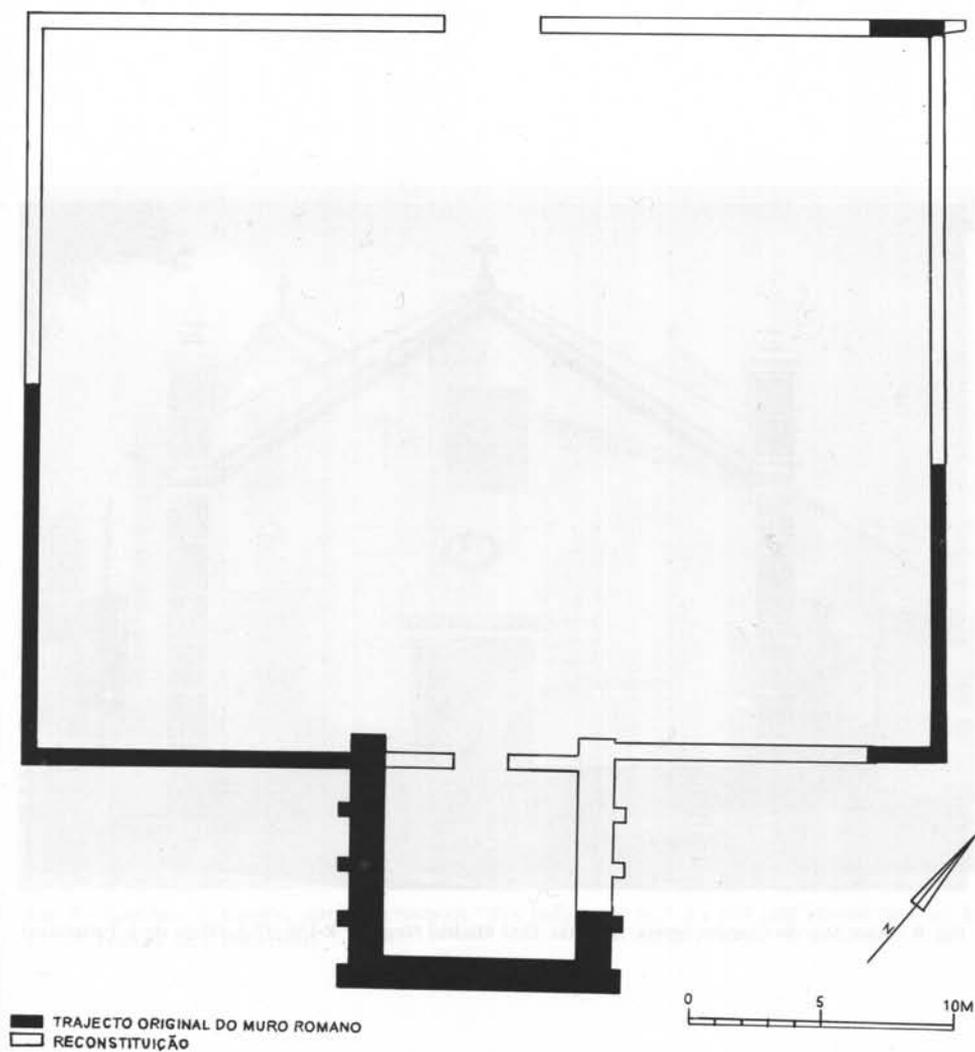


Fig. 7 – Sant'Ana do Campo, reconstituição da planta do templo com adro. Desenho de A. Ramos.



Fig. 8 – Sant'Ana do Campo, igreja, fachada. DAI Madrid Neg. n.º R 156-97-3. (Foto de J. Patterson).



Fig. 9 – Sant'Ana do Campo, igreja, fachada (n.º 1) e lado oeste (n.ºs 2 a 14). DAI Madrid Neg. n.º R 157-97-1. (Foto de J. Patterson).



Fig. 10 – Sant'Ana do Campo, igreja, parte sul do lado oeste (n.ºs 5 a 14). DAI Madrid Neg. n.º 9-97-1. (Foto de J. Patterson).

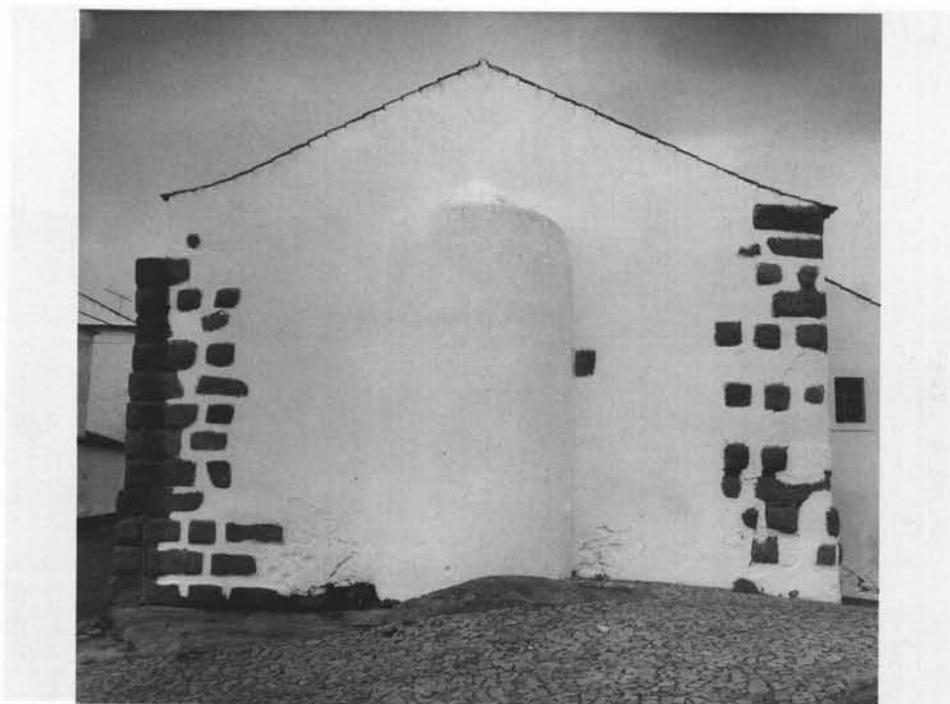


Fig. 11 – Sant'Ana do Campo, igreja, lado sul com abside (n.º 15, 16 e 17). DAI Madrid Neg. n.º R 158-97-8. (Foto de J. Patterson).



Fig. 12 – Sant'Ana do Campo, cemitério e igreja, de norte. DAI Madrid Neg. n.º R 160-97-12. (Foto de J. Patterson).



Fig. 13 – Sant'Ana do Campo, igreja, verga da porta com indicação da data. DAI Madrid Neg. n.º R 162-97-8. (Foto de J. Patterson).



Fig. 14 – Sant'Ana do Campo, interior da igreja. DAI Madrid Neg. n.º 9-97-15. (Foto de J. Patterson).



Fig. 15 – Sant'Ana do Campo, igreja, lado oeste (n.ºs 5 a 14). DAI Madrid Neg. n.º R 157-97-11. (Foto de J. Patterson).



Fig. 16 – Sant'Ana do Campo, igreja, lado oeste (n.ºs 12, 13 e 14). DAI Madrid Neg. n.º 9-97-8. (Foto de J. Patterson).

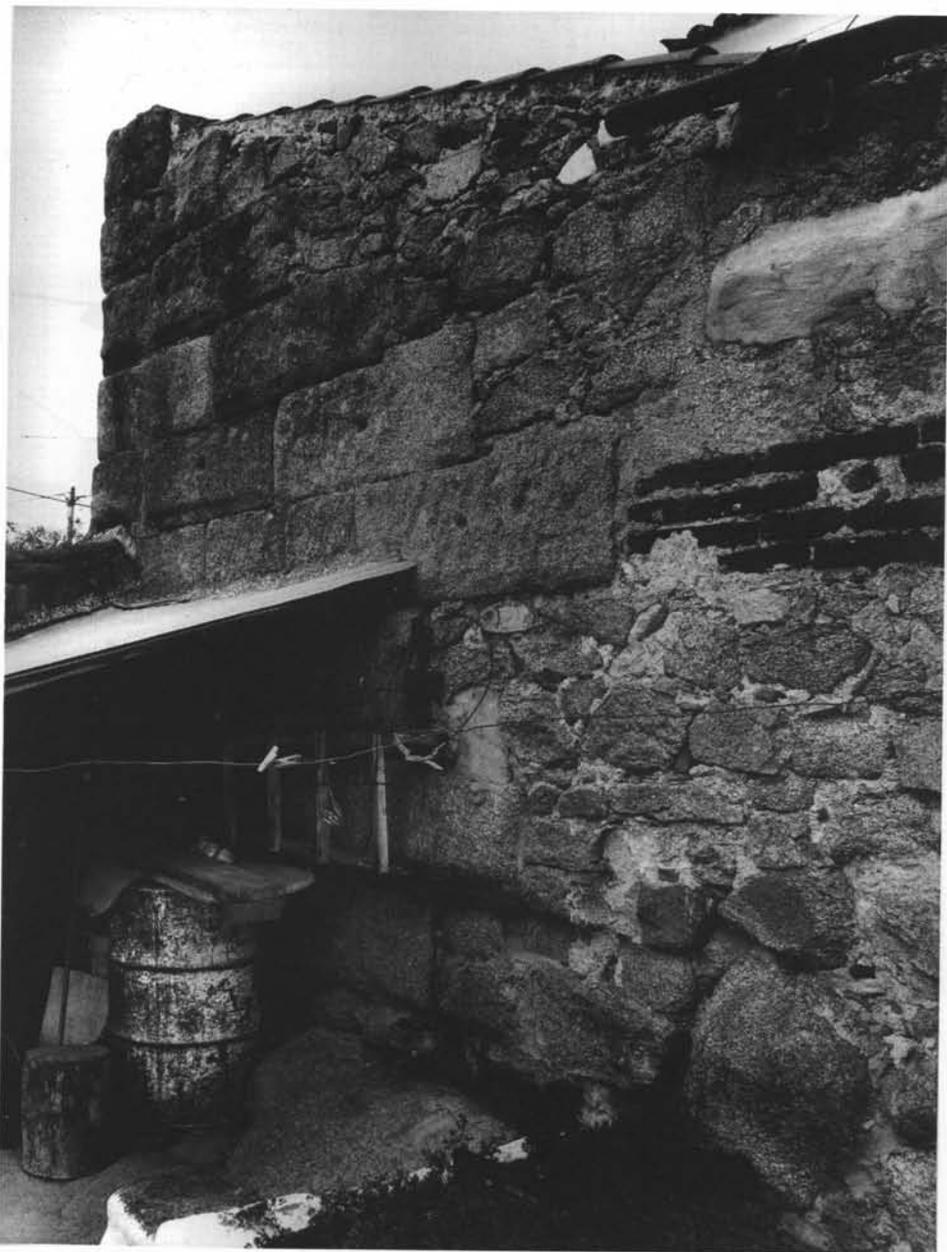


Fig. 17 – Sant'Ana do Campo, muro do adro, canto sudoeste (n.º 6), do sul. DAI Madrid Neg. n.º R 162-97-1. (Foto de J. Patterson).



Fig. 18 – Sant'Ana do Campo, muro do adro, canto sudoeste (n.º 6), de sudoeste. DAI Madrid Neg. n.º R 162-97-5. (Foto de J. Patterson).



Fig. 19 – Sant'Ana do Campo, muro do adro, canto sudeste (n.º 27b, b, c), do sul. DAI Madrid Neg. n.º R 160-97-1. (Foto de J. Patterson).



Fig. 20 – Sant'Ana do Campo, muro do adro, lado leste (n.º 27 d), de leste. DAI Madrid Neg. n.º R 160-97-3. (Foto de J. Patterson).



Fig. 21 – Sant'Ana do Campo, igreja, canto sudeste (n.ºs 18, 19 e 20), de leste. DAI Madrid Neg. n.º R 159-97-2. (Foto de J. Patterson).



Fig. 22 – Sant'Ana do Campo, igreja, canto noroeste (n.º 1), de oeste. DAI Madrid Neg. n.º R 157-97-3. (Foto de J. Patterson).



Fig. 23 – Sant'Ana do Campo, igreja, interior. Placa do pavimento em frente da porta. DAI Madrid Neg. n.º R 162-97-10. (Foto de J. Patterson).



Fig. 24 – Sant'Ana do Campo, igreja, lado oeste, superfície de parede em diagonal do arco n.º 4 a. DAI Madrid Neg. n.º R 160-97-9. (Foto de J. Patterson).

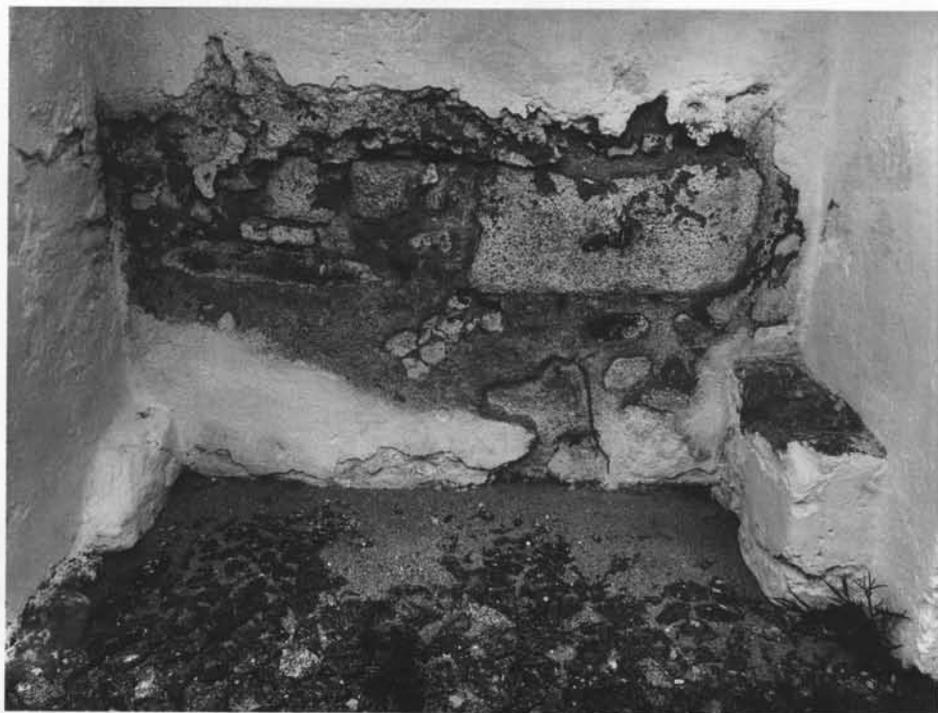


Fig. 25 – Sant'Ana do Campo, igreja, lado oeste, arco n.º 4 c. DAI Madrid Neg. n.º R 160-97-6. (Foto de J. Patterson).

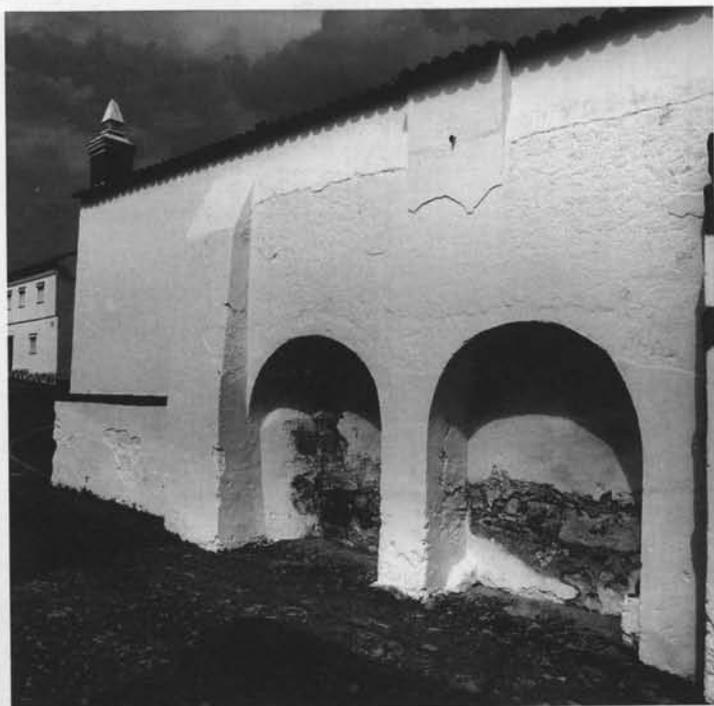


Fig. 26 – Sant'Ana do Campo, igreja, lado oeste (n.º 2, 3 e 4). DAI Madrid Neg. n.º R 156-97-6. (Foto de J. Patterson).

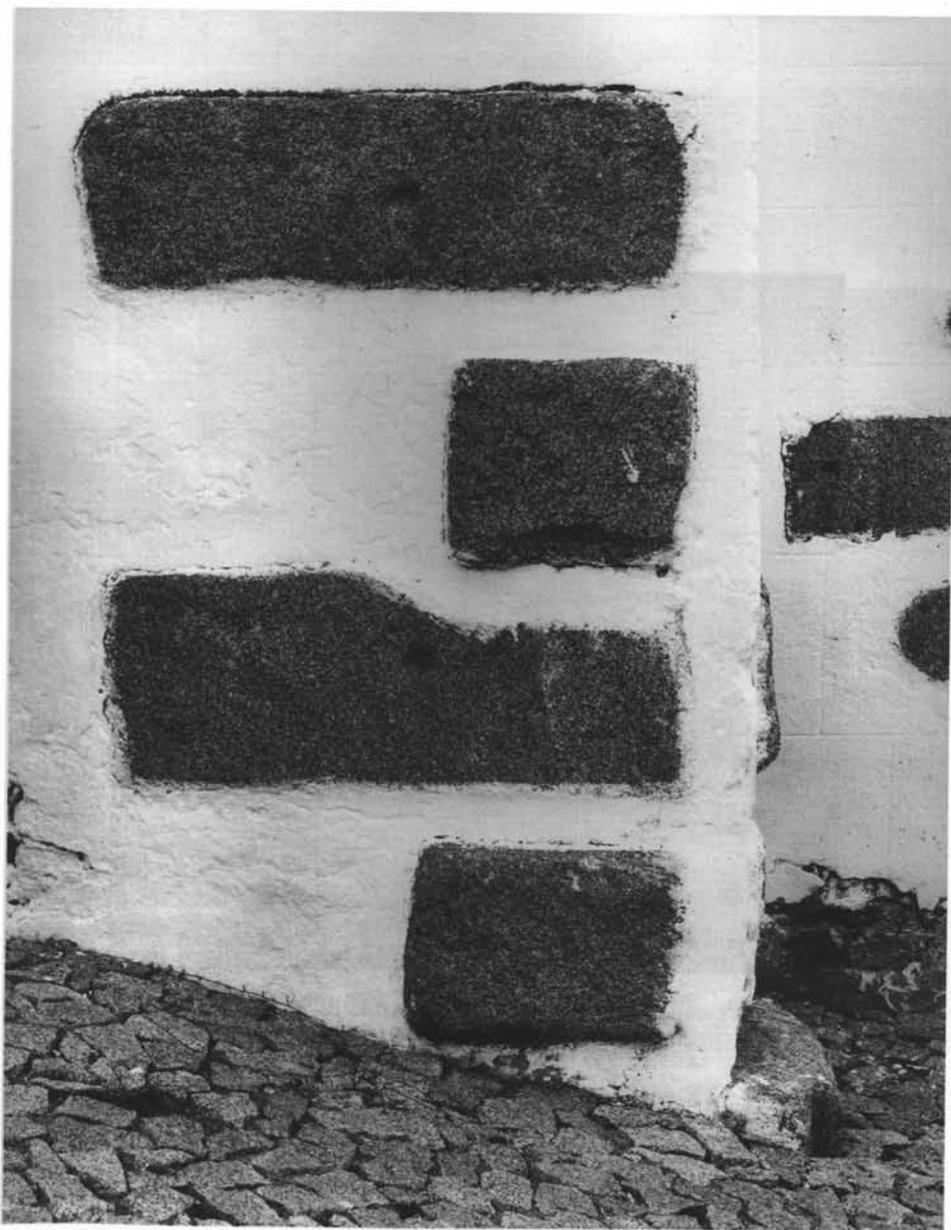


Fig. 27 – Sant'Ana do Campo, igreja, anexo, canto sudeste (n.º 21). DAI Madrid Neg. n.º R 159-97-9. (Foto de J. Patterson).



Fig. 28 – Sant'Ana do Campo, muro do adro n.º 6, superfície do último bloco. DAI Neg. n.º LKB 97-10-19. (Foto de Th. G. Schattner).

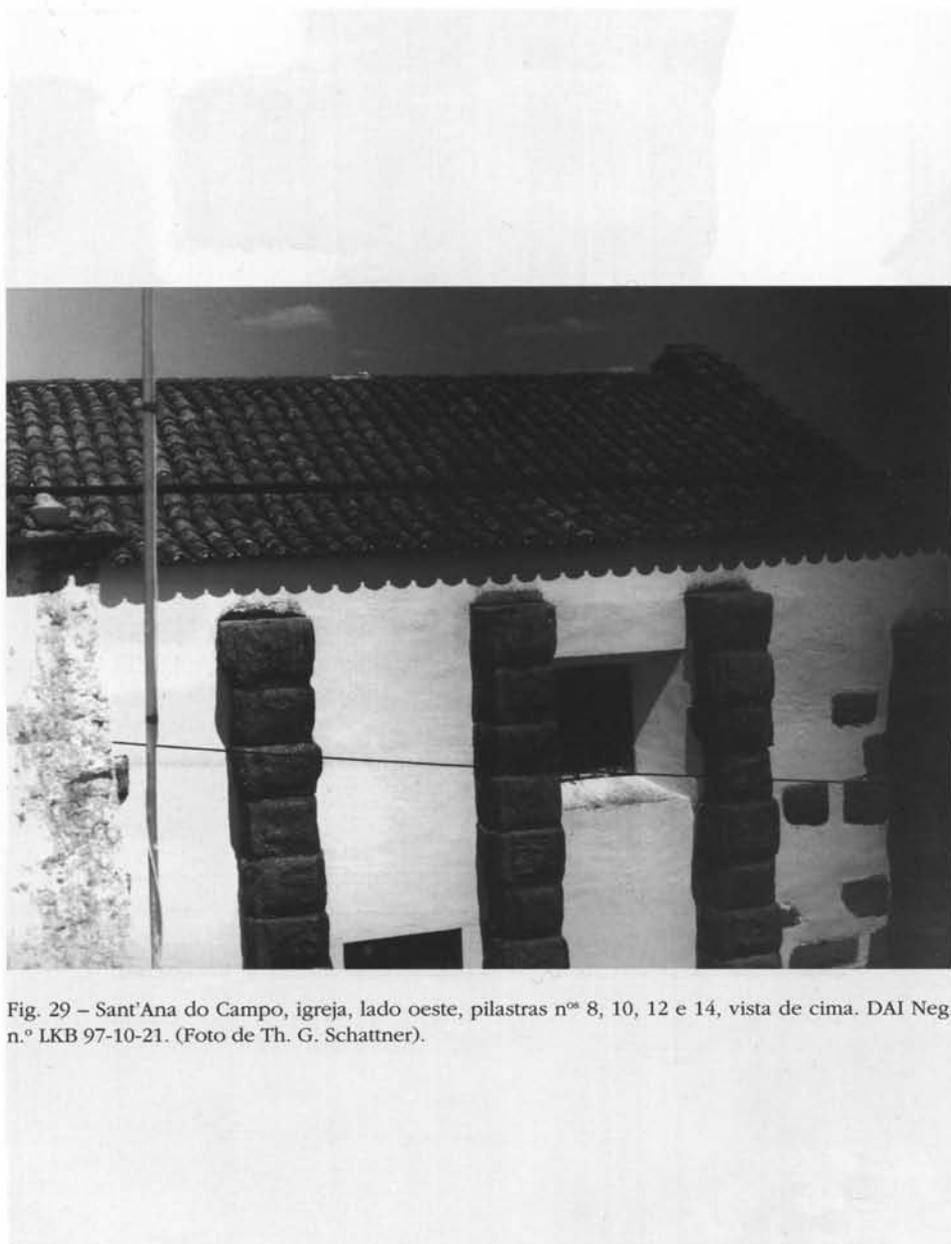


Fig. 29 – Sant'Ana do Campo, igreja, lado oeste, pilastras n.º 8, 10, 12 e 14, vista de cima. DAI Neg. n.º LKB 97-10-21. (Foto de Th. G. Schattner).



Fig. 30 – Sant'Ana do Campo, igreja, canto sudoeste, do sul, junta contínua entre n.º 14 e 15. DAI Madrid Neg. n.º R 157-97-10. (Foto de J. Patterson).

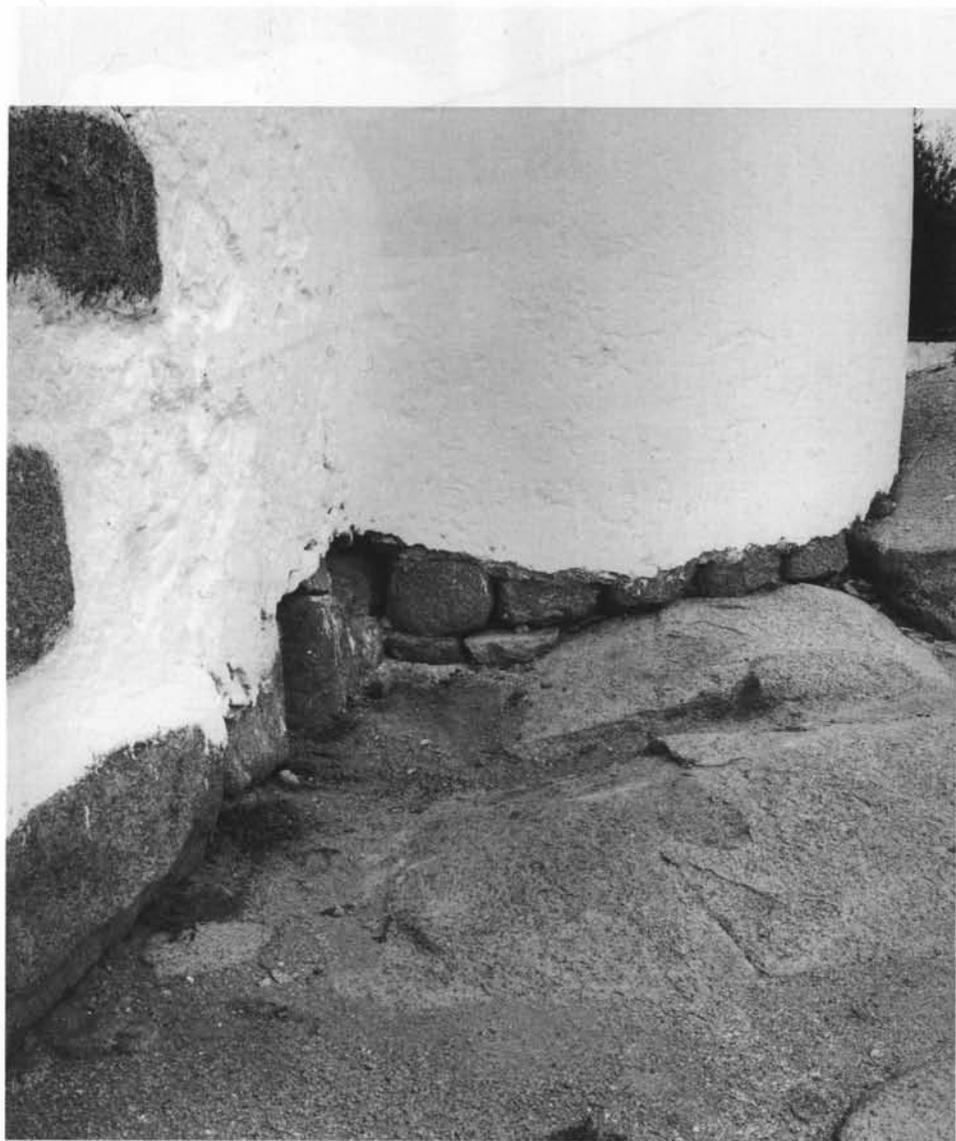


Fig. 31 – Sant'Ana do Campo, igreja, parede sul n.º 15 e arranque da abside n.º 16. DAI Madrid Neg. n.º R 158-97-8. (Foto de J. Patterson).



Fig. 32 – Sant'Ana do Campo, igreja, parede sul n.º 17 e parede sul do anexo n.º 21 (ao fundo). DAI Madrid Neg. n.º R 158-97-10. (Foto de J. Patterson).

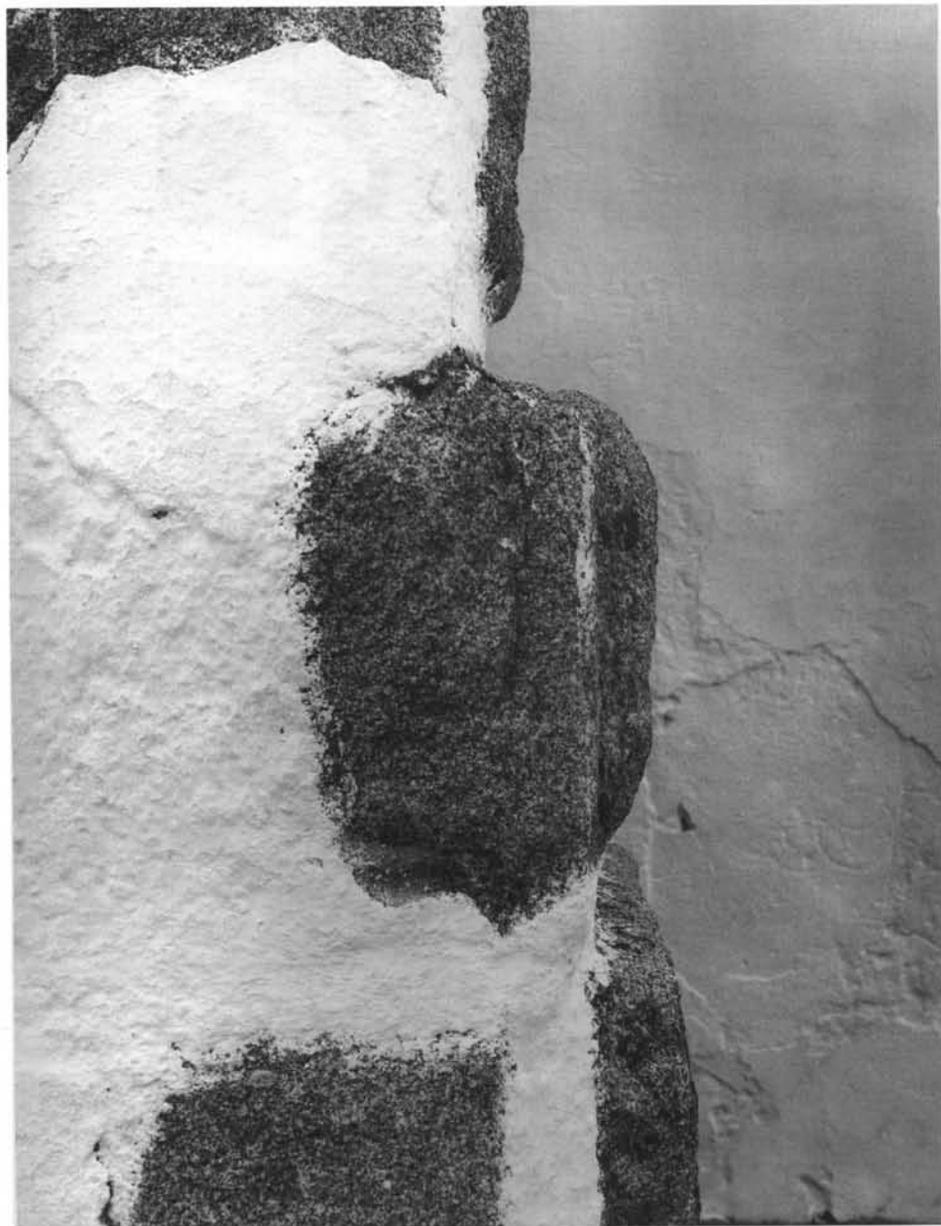


Fig. 33 – Sant'Ana do Campo, igreja, canto sudeste n.º 18, de sul, recuo da parede em frente da zona da base. DAI Madrid Neg. n.º R 159-97-1. (Foto de J. Patterson).

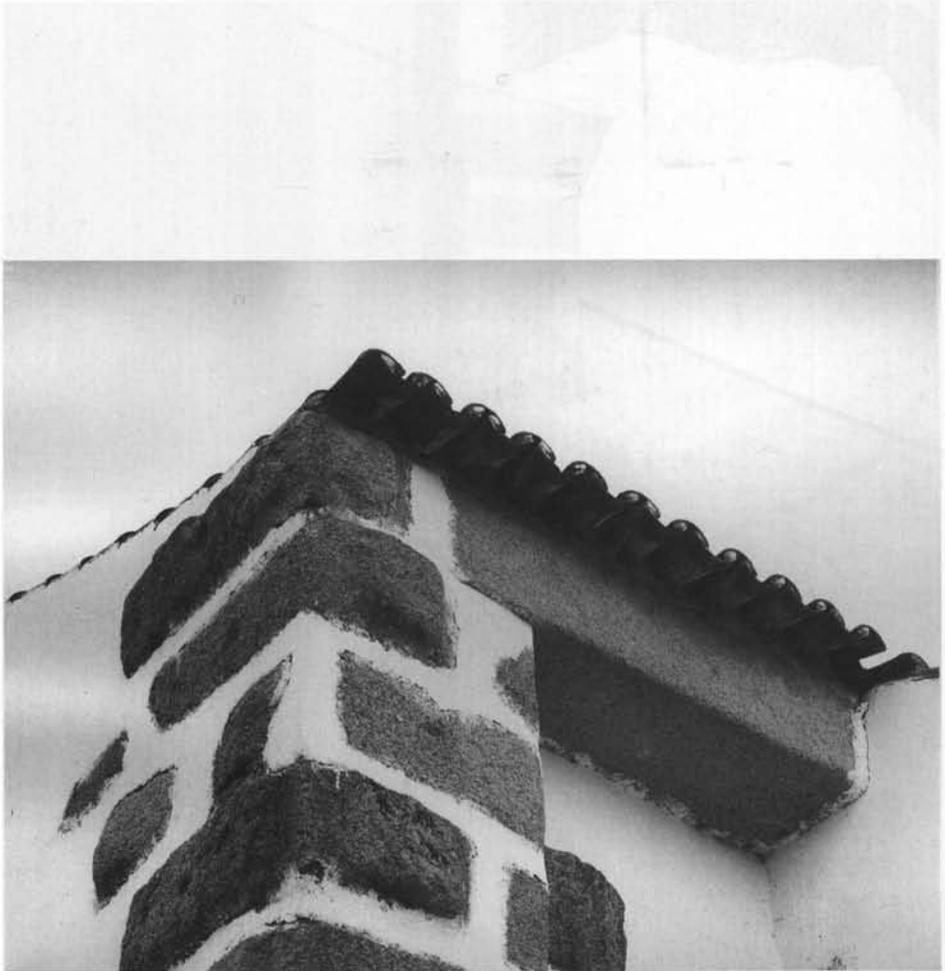


Fig. 34 – Sant'Ana do Campo, igreja, canto sudeste, n.º 18, arquitrave do templo. DAI Madrid Neg. n.º R 159-97-7. (Foto de J. Patterson).

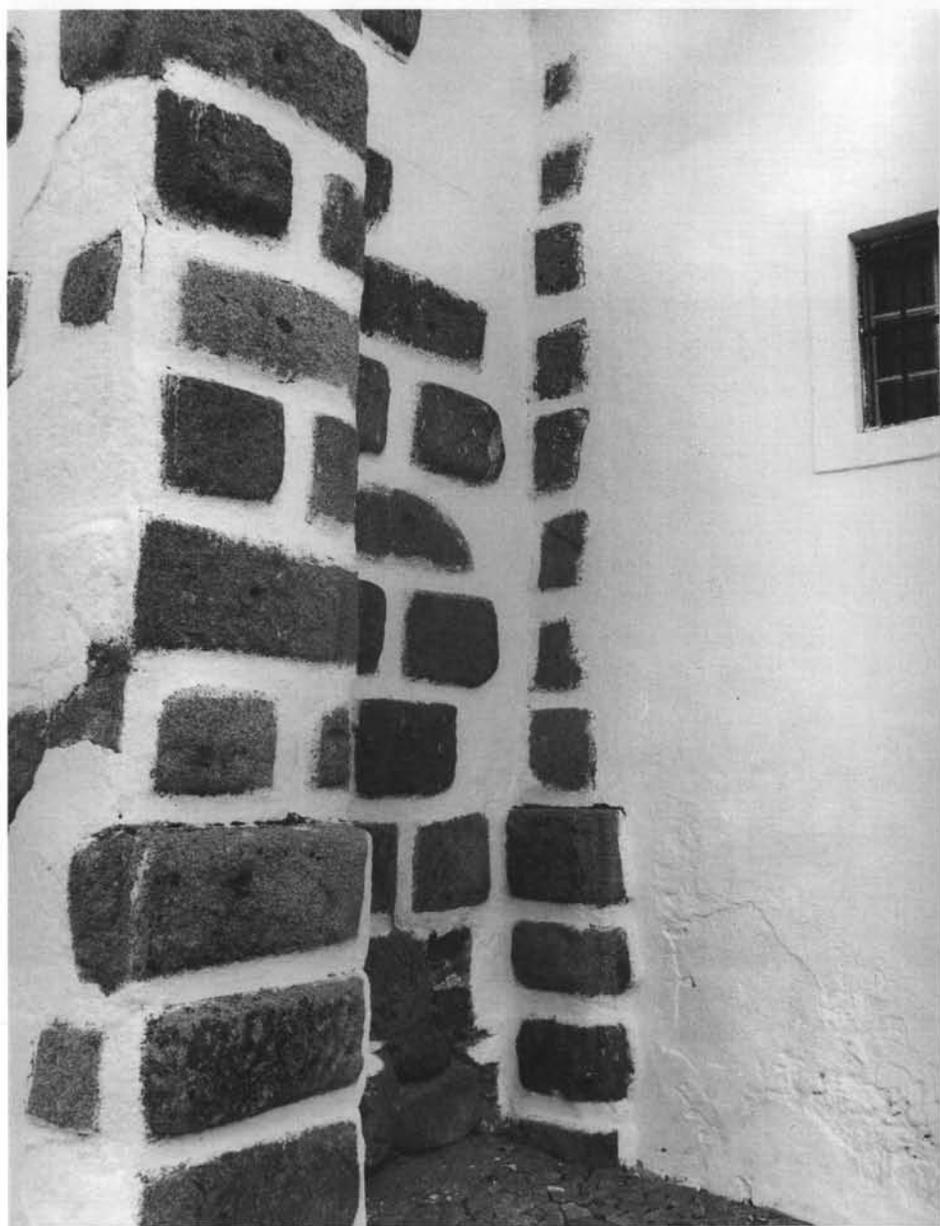


Fig. 35 – Sant'Ana do Campo, igreja, canto sudoeste (n.ºs 18, 19 e 20). DAI Madrid Neg. n.º R 159-97-4. (Foto de J. Patterson).



Fig. 36 – Sant'Ana do Campo, igreja, canto sudeste do anexo (n.º 22, 23, 24, 25, 26 e 27b). DAI Madrid Neg. n.º R 159-97-10. (Foto de J. Patterson).



Fig. 37 – Sant'Ana do Campo, muro do cemitério, silhar de parede n.º 28. DAI Neg. n.º LKB 97-12-23. (Foto de Th. G. Schattner).

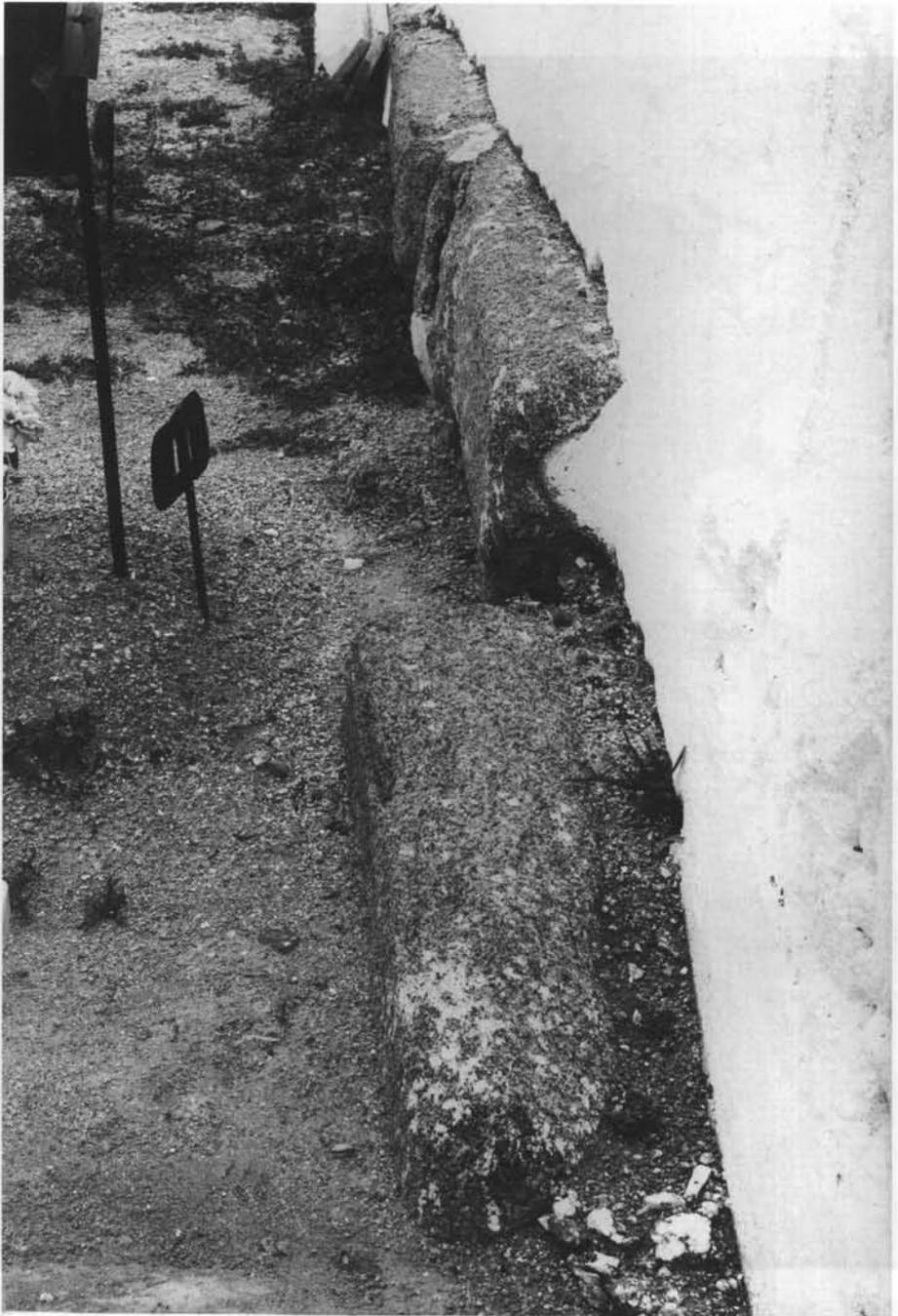


Fig. 38 – Sant'Ana do Campo, muro do cemitério, os três blocos n.º 29, de leste. DAI Madrid Neg. n.º R 161-97-5. (Foto de J. Patterson).

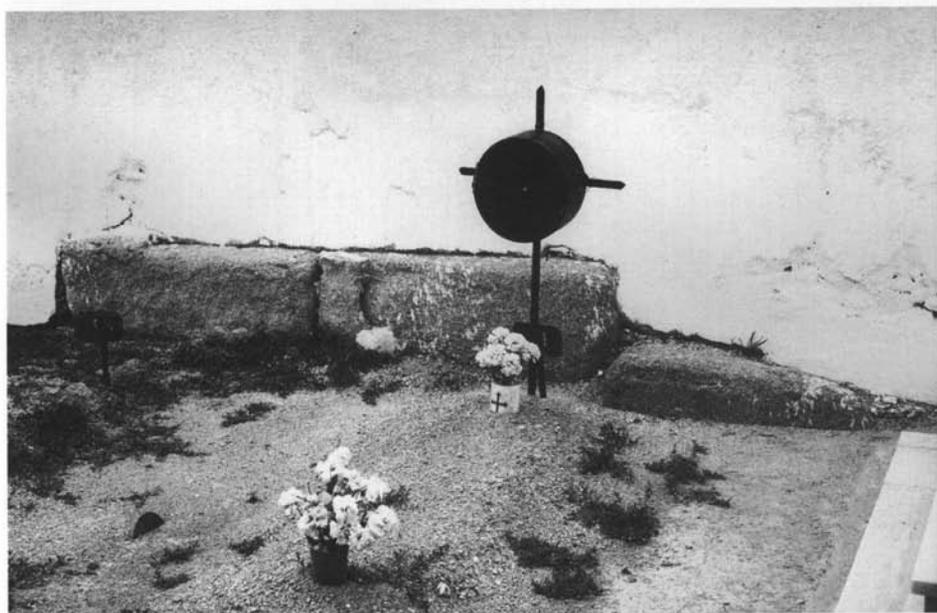


Fig. 39 – Sant'Ana do Campo, muro do cemitério, os três blocos n.º 29 de sul. DAI Madrid Neg. n.º R 161-97-7. (Foto de J. Patterson).

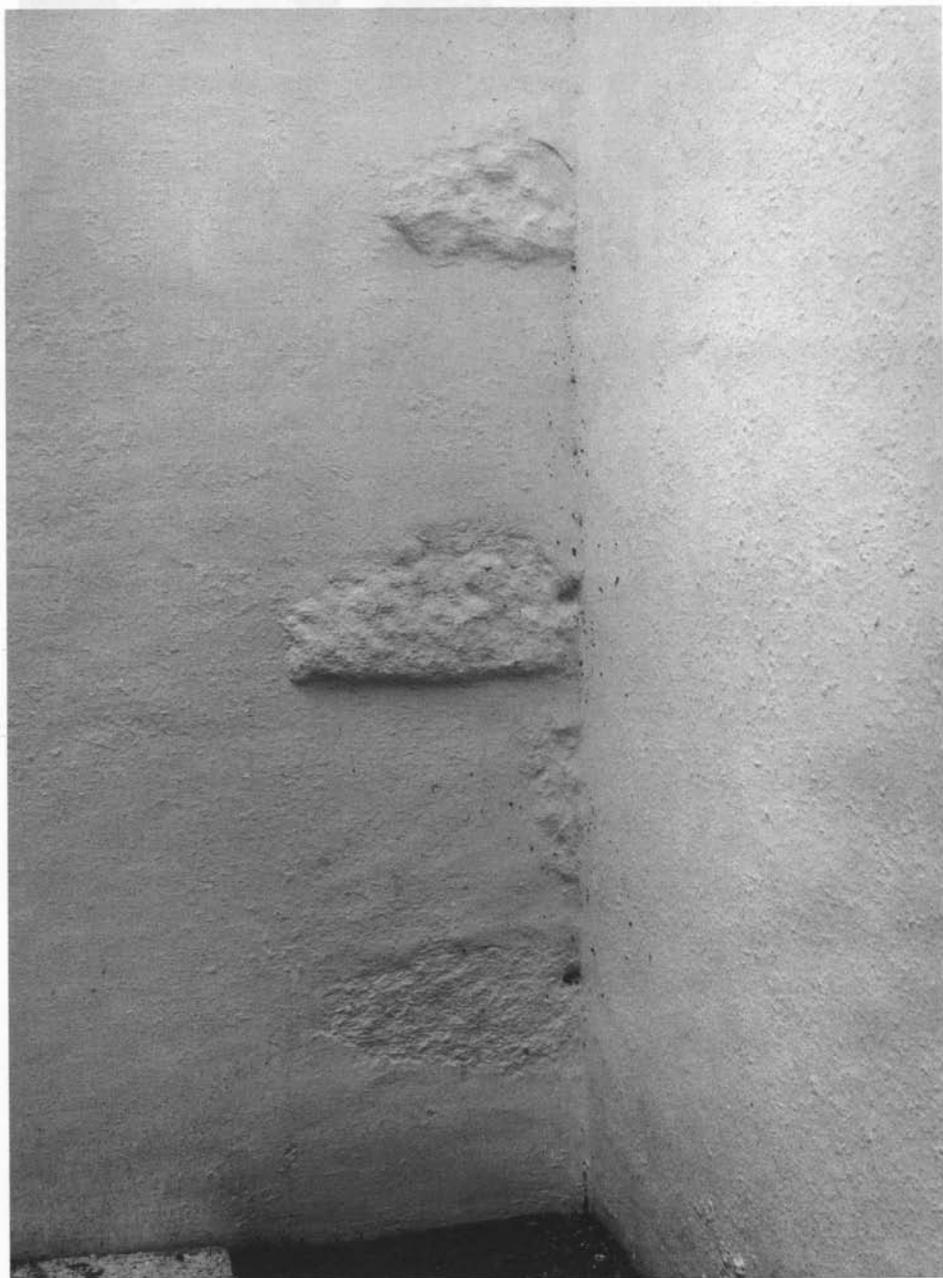


Fig. 40 – Sant'Ana do Campo, igreja, muro do adro e canto noroeste do anexo (n.º 30). DAI Madrid Neg. n.º R 161-97-9. (Foto de J. Patterson).

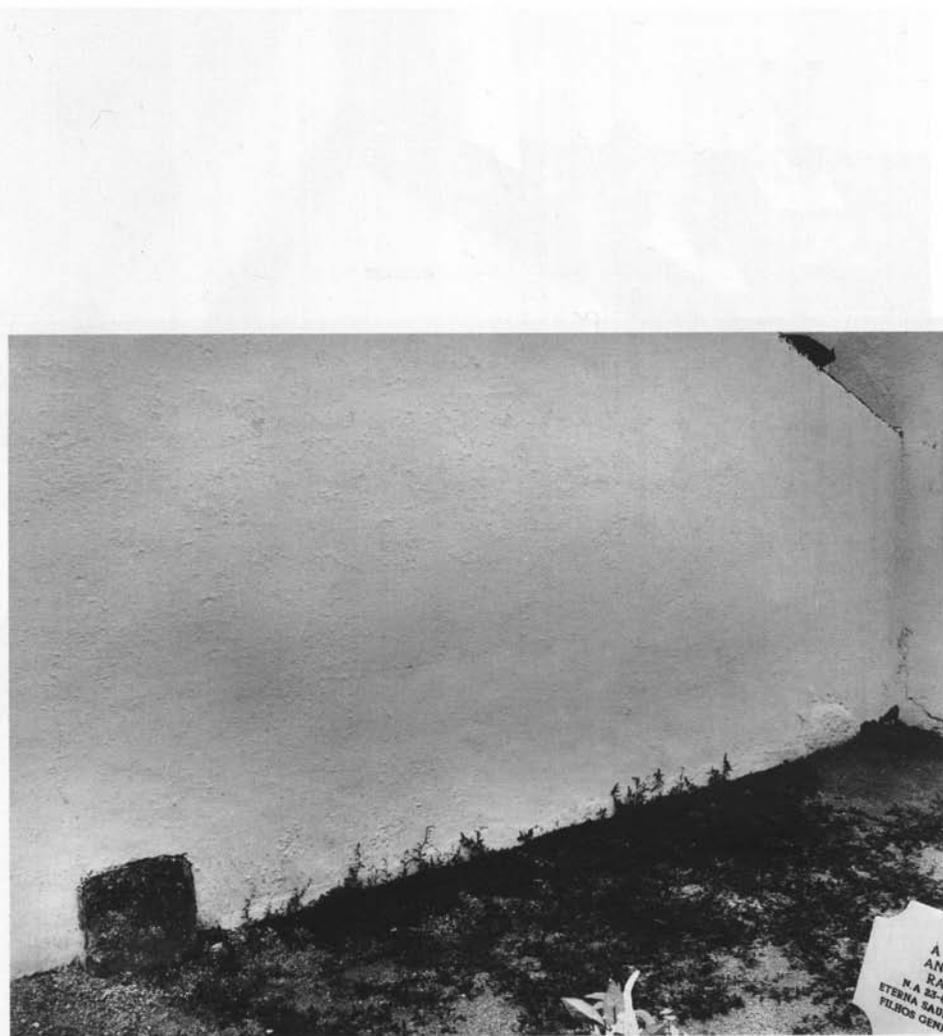


Fig. 41 – Sant'Ana do Campo, igreja, lado leste, base de parede do parapeito da escada com os silhares n.º 31. DAI Madrid Neg. n.º R 161-97-10. (Foto de J. Patterson).



Fig. 42 – Sant'Ana do Campo, igreja, interior. Silhares n.º 32 no pavimento, à frente da pia baptismal. DAI Madrid Neg. n.º R 163-97-2. (Foto de J. Patterson).

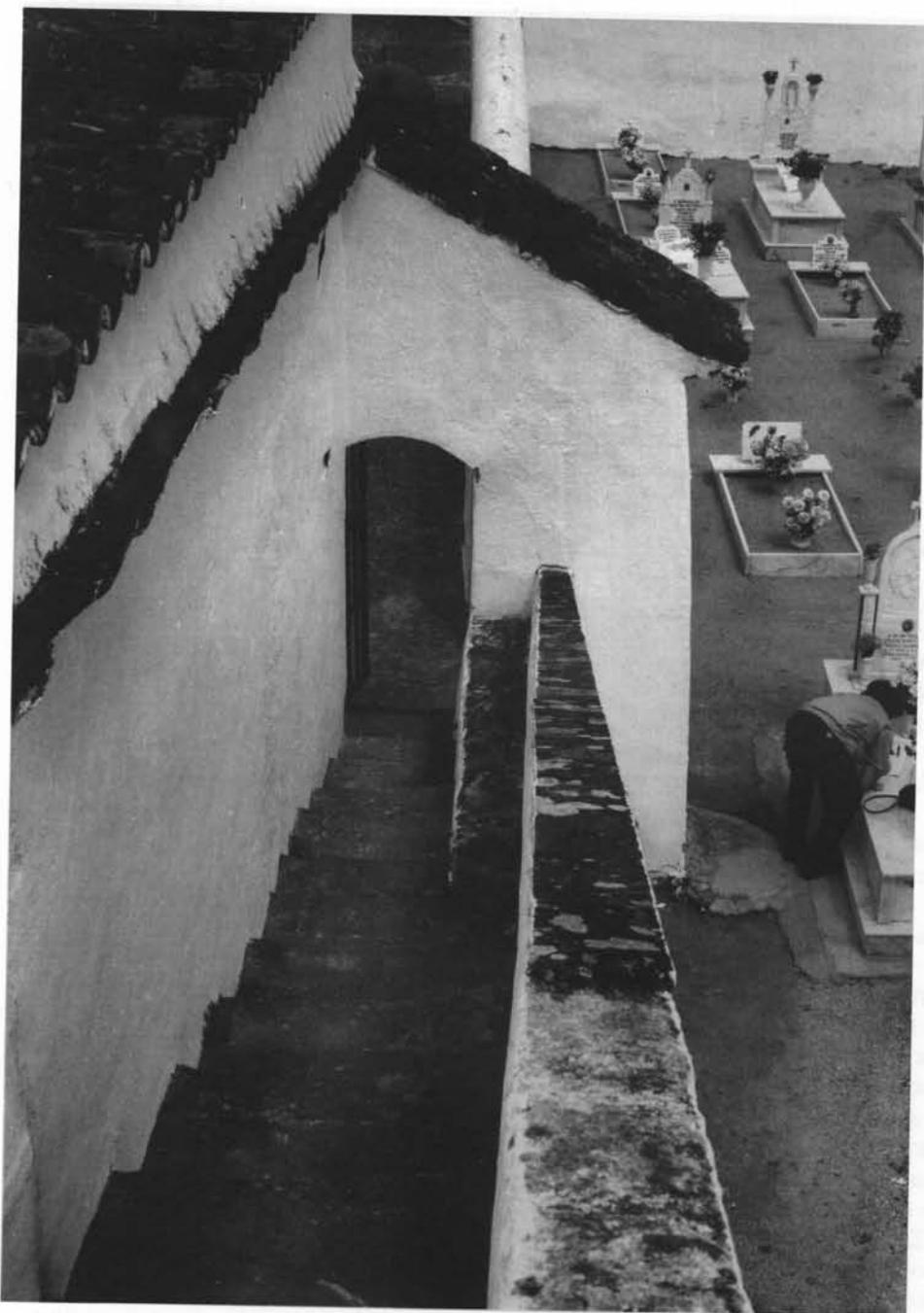


Fig. 43 – Sant'Ana do Campo, igreja, lado leste, escada de acesso ao campanário, do sul. DAI Neg. n.º LKB 97-12-10. (Foto de Th. G. Schattner).

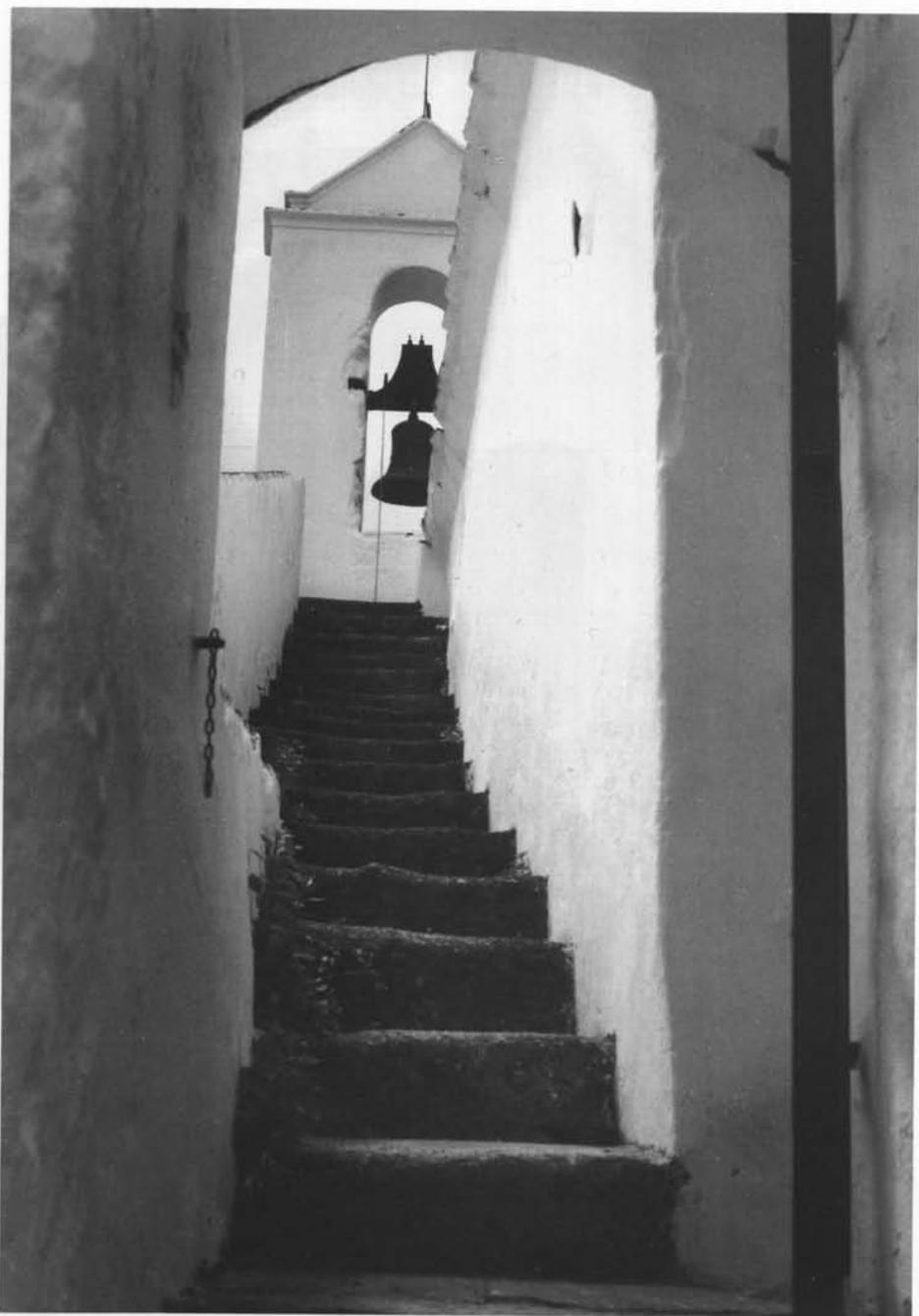


Fig. 44 – Sant'Ana do Campo, igreja, lado leste, escada de acesso ao campanário, de norte. DAI Neg. n.º LKB 97-12-11. (Foto de Th. G. Schattner).